

Acção Socialista



N.º 1320 23 Janeiro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTAS



Ana Jorge, ministra da Saúde

“Chegar às 250 Unidades de Saúde Familiar no final de 2009”

A ministra da Saúde anuncia que, até ao final de 2009, deverão constituir-se 250 Unidades de Saúde Familiar e adianta que o SNS empregará igual número de especialistas em medicina geral e familiar, aumentando também o número de equipas de apoio domiciliário no terreno.

10

José Conde Rodrigues, secretário de Estado adjunto e da Justiça

“Renovação integral de todo o sistema informático dos tribunais”

O reforço dos meios da Polícia Judiciária, a modernização das infra-estruturas prisionais e a reforma do Mapa Judiciário são três das mais importantes apostas do Ministério da Justiça, segundo o secretário de Estado adjunto, José Conde Rodrigues, que também sublinha o investimento sem precedentes realizado na renovação integral do sistema informático dos tribunais.



7

Fernanda Asseiceira, candidata à CM de Alcanena

“Colocar Alcanena no centro do país e às portas da Europa”

Convicta de que 2009 será um ano de oportunidades para o concelho de Alcanena, a candidata do PS à presidência da Câmara Municipal, Fernanda Asseiceira, declara que gosta de desafios motivadores e exigentes e que se baterá por conquistar a confiança dos eleitores

12



Leal Salvado, candidato à CM do Fundão

“Fundão precisa de uma profunda viragem na gestão autárquica”

A candidatura socialista que adoptou o lema “Todos por Todos” afirma-se pela “positiva” e norteia o seu programa pelas “obras” e “ideias” de que o Fundão precisa para dar “o salto em frente”, à semelhança de outros concelhos que já o fizeram, afirma Leal Salvado.

18



Cimeira luso-espanhola confirma TGV como projecto estratégico

20

Debate quinzenal Serviço Nacional de Saúde reforçado

Antecipar já para este ano o objectivo de atingir as 8200 camas na rede de cuidados continuados, reforçar o acesso aos cuidados de saúde, colocando no Serviço Nacional de Saúde mais 250 novos médicos de medicina geral e familiar, e criação do primeiro banco público de células embrionárias, foram as medidas que o primeiro-ministro anunciou no primeiro debate quinzenal deste ano, que dedicou às questões da saúde.

5

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa, Francisco Madelino, Miguel Laranjeiro, Paulo Pedroso, Esmeralda Rodrigues, Marta Rebelo, Carlos Zorrinho



Nesta edição
Suplemento
“Europa”

XVI'09
CONGRESSO
NACIONAL



27, 28 Fev. e 1 Mar Nave Polivalente de Espinho

SUPLEMENTO
Moções
Globais

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

As candidaturas locais que não cumpram a regra [da paridade] sabem que estão a contribuir para a degradação da imagem geral do Partido que representam e não apenas a sofrer uma sanção de importância só local

AUTÁRQUICAS 2009 ATENÇÃO AO SEXO

UMA das novidades para as próximas eleições vem introduzida pela lei da paridade.

Aliás, trata-se de uma obrigação aplicável não só às autárquicas mas, de igual modo, às europeias e às legislativas.

A razão de ser desta determinação é que se considera necessário e positivo promover uma intervenção política mais equilibrada entre mulheres e homens na nossa sociedade.

Sem nada fazer, deixando os acontecimentos ao livre arbítrio (esse conceito tão caracteristicamente liberal), já sabemos que passam séculos e séculos e pouco se altera.

Para os socialistas, a intervenção do Estado é necessária para corrigir as injustiças e as desigualdades sociais e para direccionar caminhos progressistas que forcem a sociedade a encontrar-se com formas mais equilibradas e justas de se organizar e vivenciar.

Ora, como não parecia razoável esperar mais uns séculos, aprovámos uma lei que estabelece uma regra de paridade de género na composição das listas eleitorais.

Ou seja, colocámos o império de força do Estado ao serviço do progresso social e político e da qualidade da democracia.

Mas não foi tarefa fácil. Na sua versão final a lei foi aprovada apenas por 119 votos a favor e 89 contra. Teve de superar um veto do Presidente da República e o voto contra do PSD, do CDS e do PCP. O BE absteve-se.

A norma não é directamente dirigida às mulheres, ainda que o seja indirectamente, uma vez que este ainda é o sexo fraco (quantitativamente) na vida política.

A regra da paridade foi fixada em um terço, indistintamente para ambos os sexos. Assim, as listas eleitorais têm de incluir um mínimo de 33,3% de elementos de cada sexo.

Mas essa inclusão tem de ser equilibrada em toda a composição das listas, de tal modo que não é permitido incluir três pessoas seguidas do mesmo sexo. Nem três homens, nem três mulheres seguidas.

Esta regra tem porém uma excepção para as muito pequenas freguesias e para os mais pequenos municípios, onde se admitiu uma dificuldade prática de cumprimento.

Assim, ficam isentos da daquela obrigação as listas de candidatura aos órgãos das freguesias com 750 eleitores ou menos e, igualmente, aos órgãos dos municípios com 7500 eleitores ou menos.

É claro que, lá por a lei geral não ser imperativa para esses casos, não quer dizer que as candidaturas socialistas não se esforcem por cumprir, na mesma, a regra da paridade, até porque, para as candidaturas patrocinadas pelo Partido Socialista, tal regra continua (mesmo nesses casos de pequenas autarquias) a existir, por força de uma norma interna (Estatutos do PS – artigo 116º, nº 4).

As candidaturas devem ter em atenção que, caso não cumpram a regra, estão sujeitas a sanções.

Mas, antes, será sempre dada a possibilidade de emendar as falhas de paridade. O Tribunal, detectando as falhas, notifica o mandatário para as corrigir.

Só depois, caso não seja feita a rectificação, haverá lugar às sanções.

Estas são de dois tipos: sanções de censura e sanções pecuniárias.

A censura decorre da obrigação de dar conhecimento à população de que determinada lista não cumpre a regra da paridade. Para tal é feita uma afixação à porta do Tribunal da Comarca, com a menção da irregularidade e, de igual modo, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), dá pública denúncia dessas situações na Internet.

Inclusivamente, a CNE terá de agrupar as listas incumpridoras por partidos, de modo que ficará patente o grau de não acatamento global de cada um deles em relação à paridade.

Assim sendo, as candidaturas locais que não cumpram a regra, sabem que estão a contribuir para a degradação da imagem geral do partido que representam e não apenas a sofrer uma sanção de importância só local.

Por outro lado, a sanção pecuniária traduzir-se-á em cortes na subvenção financeira estatal, a que todas as candidaturas têm direito para pagamento das despesas das suas campanhas eleitorais.

Estes cortes comportam vários graus e serão tanto mais profundos quanto maior for a percentagem de desvio ao cumprimento da regra de um terço e, ou, da regra da sequência intercalada por sexos diferentes.

E, atenção, se num município houver diferentes graus de incumprimento, entre as várias listas, para as diversas freguesias, Câmara e Assembleia Municipal, apresentadas por um mesmo partido ou grupo de cidadãos, a lei manda sancionar, globalmente, de acordo com a situação mais grave e mais penalizadora.

Portanto, basta uma das listas não cumprir para que todas sofram a mais pesada sanção, por igual.

PS/Guarda afina estratégia autárquica

O DIRIGENTE nacional do Partido Socialista, Jorge Lacão, deslocou-se à cidade da Guarda para uma reunião de trabalho do Secretariado da Federação do PS/Guarda, reunião que contou com a participação dos presidentes das comissões políticas concelhias e dos presidentes socialistas dos municípios do distrito.

O plenário, que teve lugar no município de Gouveia nas instalações do PS local, serviu sobretudo para afinar a estratégia autárquica e prestar uma maior informação a todos os dirigentes concelhios acerca da temática inerente às eleições locais que decorrerão este ano.

Como recorda José Albano, presidente da Federação do PS/Guarda, esta acção partiu da iniciativa da estrutura que lidera, na linha do que ficou aprovado na estratégia do PS referente às candidaturas socialistas no distrito, que entre outras decisões estabelece a realização de encontros que possam potenciar uma maior e mais adequada informação a todos os dirigentes concelhios.

Para o responsável da Federação, a aproximação entre as estruturas locais e os dirigentes nacionais “permite que estes possam partilhar um conhecimento mais directo e adequado dos problemas com que se debatem os socialistas da região, assim como das aspirações e anseios de todos os militantes



do distrito”.

No encontro, para além de ser abordado o tema referente às eleições autárquicas, Jorge Lacão explicou também as linhas orientadoras do Partido Socialista, dando assim uma perspectiva mais alargada aos dirigentes locais do trabalho que os responsáveis do partido estão a desenvolver a nível nacional.

A reunião com Jorge Lacão, segundo José Albano, vem no seguimento de várias reuniões com outros dirigentes nacionais do PS, tendo todos elas alcançado pleno êxito, designadamente pela sucessiva presença de diversos membros do Governo que nestes últimos dois meses passaram pelo distrito da Guarda em visitas de trabalho, provando a atenção especial que o Executivo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, “tem para com o

interior e neste particular, com o distrito da Guarda”.

Foram vários os membros do Governo que passaram pelo distrito em reuniões de trabalho, designadamente o ministro da Agricultura, Jaime Silva, os secretários de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, da Indústria e Inovação, António Castro Guerra, do Mundo Rural e das Florestas, Ascenso Simões, da Reabilitação, Idália Moniz, da Saúde, Francisco Ramos e Manuel Pizarro, da Educação, Valter Lemos, das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos, do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, da Cultura, Maria Paula Fernandes dos Santos, da Administração Local, Eduardo Cabrita, e agora o secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão. R.S.A.

Três moções de orientação global em debate no Congresso

EM comunicado emitido hoje, dia 23 de Janeiro, a Comissão Organizadora do Congresso (COC) refere que findo o prazo regulamentar para apresentação das moções de orientação nacional ao XVI Congresso do PS, se verifica estarem reunidas as condições de serem eleitos delegados pelas moções: “PS – A Força da Mudança”, que tem como primeiro subscritor José Sócrates, apresentada por 6396 militantes; “Mudar o PS para Mudar Portugal”, cujo primeiro subscritor é António Fonseca Ferreira, apresentada por 204 militantes; e “Democracia e Socialismo”, que tem como primeiro subscritor António Brotas, apresentada por 103 militantes.

No mesmo documento, a COC informa que, “sanadas, no prazo estipulado, as irregularidades detectadas no processo de candidatura da moção ‘Democracia e Socialismo’, de que é primei-



ro subscritor António Brotas, foi a mesma validada, nos termos do regulamento do Congresso”.

Os textos das respectivas mo-

ções encontram-se disponíveis nesta edição do “Acção Socialista” e no “site” do Partido Socialista: www.ps.pt.

Serviço Nacional de Saúde reforçado

Antecipar já para este ano o objectivo de atingir as 8200 camas na rede de cuidados continuados, o que corresponde a um investimento público de 100 milhões de euros, reforçar o acesso aos cuidados de saúde, colocando no Serviço Nacional de Saúde mais 250 novos médicos especialistas em medicina geral e familiar e criação do primeiro banco público de células do cordão umbilical, foram as medidas que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento no primeiro debate quinzenal deste ano dedicado às questões da saúde.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

APÓS recordar que em 2009 se comemoram 30 anos sobre a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), iniciativa da responsabilidade do I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares e protagonizado pelo então ministro da Saúde, António Arnaut, o primeiro-ministro considerou que o SNS “constitui um dos pilares essenciais do Estado Social”, razão por que melhora-lo “é agir em favor do bem-estar das pessoas”, contribuindo, designadamente, “para reduzir as desigualdades”.

Na opinião de José Sócrates, a atitude que o Governo e as oposições têm vindo a adoptar face ao SNS tem assumido um carácter totalmente diferente.

Como acentuou na sua intervenção no Parlamento, desde o primeiro dia do seu mandato o Governo tem-se empenhado na reforma da saúde, “atribuindo-lhe o orçamento necessário, organizando melhor os serviços ou desenvolvendo novos cuidados de saúde”.

Bem diferente tem sido o papel das oposições, tanto à esquerda como à direita, sublinhou José Sócrates, cuja postura tem sido combater as reformas avançadas pelo Governo em vez de acrescentarem alternativas ou tentarem melhorar as propostas.

Com efeito, segundo Sócrates, a direita tem combatido sistematicamente tudo o que o Governo tem apresentado para o sector, porque são contra, “não só a universalidade”, mas também porque este serviço “é tendencialmente gratuito”.

Já quanto aos partidos à esquerda do PS, as razões são outras, e passam por serem contra “tudo o que significa mudança e racionalização”.

Em ambos os casos, esquerda e direita, disse ainda o primeiro-ministro, “não hesitam nem desperdiçam qualquer pretexto de circunstância, na tentativa de recolherem alguma vantagem partidária”.



OPINIÃO



FRANCISCO MADELINO
Economista

O país está a aguentar a crise com uma capacidade de resistência assinalável, só possível porque se fez um trabalho de recuperação do défice orçamental e se fizeram reformas estruturais

No debate, o primeiro-ministro lembrou que uma das primeiras acções que o Governo socialista tomou foi pôr fim ao que classificou de “escandalosa suborçamentação do SNS”, realçando que desde então “ele tem tido os recursos necessários para poder cumprir escrupulosamente o orçamento”.

Mas para que este objectivo pudesse ser atingido, disse, foi preciso, entre outras medidas, pagar todas as dívidas já vencidas e validadas dos hospitais EPE aos seus fornecedores, no valor de 900 milhões de euros, medida que, referiu, “vai resolver um problema que se arrastava há muitos anos”, injectando liquidez num sector muito importante da economia.

Gerir bem o SNS, defendeu ainda o primeiro-ministro, significa também sabê-lo orientar para as necessidades das populações, procedendo, nomeadamente, às reformas urgentes de modo a garantir melhor capacidade de resposta.

Foi com os olhos postos nestes pressupostos que o Governo apostou forte na reforma dos cuidados primários, através do reforço das unidades de saúde familiar, do mesmo modo que quis valorizar uma rede de cuidados continuados, para idosos e pessoas em situação de dependência, uma iniciativa, referiu, “onde tivemos que começar a partir do zero”.

Mas outras acções tiveram ainda lugar, como é um dos exemplos o lançamento de concursos e obras para novos hospitais públicos.

Reforço da rede de cuidados continuados

Os actuais indicadores de saúde em Portugal, garantiu o primeiro-ministro, mostram a continuada melhoria do SNS, já que se registam hoje mais consultas e mais cirurgias, ou ainda um número de inscritos em listas de espera cada vez mais reduzida, nomeadamente numa

especialidade até agora bastante crítica como a oftalmologia.

Para além de ter anunciado a antecipação em um ano do reforço do número de camas ao dispor no serviço de cuidados continuados, o primeiro-ministro garantiu ainda que o Governo vai criar três mil novos empregos nas áreas da enfermagem, fisioterapia e apoio social.

Para que esta iniciativa possa contudo alcançar o êxito pretendido, disse, muito contribuirá a parceria estabelecida com as instituições de solidariedade social e as misericórdias, “que serão, por isso, mais apoiadas pelo Estado”.

Outra das medidas anunciadas pelo primeiro-ministro respeita à criação do primeiro banco público de células de cordão umbilical, que em Portugal apenas tem sido explorado por duas empresas do sector privado.

Sócrates garantiu que logo que seja publicada a lei que está em apreciação no Parlamento, “o Governo lançará esse primeiro banco público”, o que em sua opinião significa “passar a garantir o acesso gratuito e universal às células criopreservadas por parte daqueles que venham a precisar”.

Esta medida tem um sentido claro, na opinião do chefe do Governo, uma vez que se trata de dotar o país “com mais recursos para enfrentar as doenças particularmente graves da primeira infância”.

Também o líder do GP/PS, Alberto Martins, usou da palavra incentivando o Governo a prosseguir as políticas de valorização e modernização do Serviço Nacional de Saúde, acusando a oposição sobretudo o PSD, como disse, de “não ter mostrado até agora uma única, útil e original ideia sobre qualquer das reformas em curso no país”, acusando o maior partido da oposição de ter sistematicamente votado contra todas as reformas que o Governo tem apresentado no Parlamento.

O EMPREGO NO CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES MUNDIAIS E... PORTUGUESAS

A ECONOMIA mundial vive um dos momentos mais preocupantes deste século. Na base desta situação estão dois fenómenos associados: o enfraquecimento da regulação das economias por parte das instituições públicas, nomeadamente na vertente financeira, e uma globalização financeira descontrolada. Em grande parte, as off-shores facilitaram este processo, quer de fuga ao controlo das regulações das instituições, quer de falsificação da informação, sendo este um elemento crucial dos mercados.

No início desta história esteve a herança neoliberal iniciada por Thatcher e Reagan, no plano político, preparada por Von Hayeck na vertente económica e teórica, e estimuladas por Greenspan, ex-governador da Reserva Federal, no domínio da regulação financeira.

O facto de se ter permitido, nomeadamente nos Estados Unidos, que os bancos de investimento pudessem fazer uma grande alavancagem financeira, autorizando que determinados activos duvidosos fossem considerados “reserva” para criar moeda e diversificado os mecanismos de regulação financeira, tornando-os parciais e enfraquecidos, levou a que o sistema ficasse descontrolado, sem que dele se tivesse uma visão global. Esta situação foi agravada por movimentos globais filtrados por off-shores, onde a informação sai distorcida ou falsificada. Tudo isto criou um resultado explosivo, nomeadamente na América, onde foi levado ao seu extremo.

A crise aí está. Começou no sistema financeiro. A liquidez tornou-se insuficiente. As falências iminentes de bancos e seguradoras transmitiram-se obviamente à economia real. Os consumidores e depositantes ficaram receosos. Os investidores temerosos. Os bancos prudentes na concessão de crédito. Resultado: falta de liquidez nos mercados e redução nunca vista dos indicadores de confiança e da procura. O desemprego consequentemente disparou.

Todas as grandes e médias economias ocidentais entraram nesta espiral. A América, o Japão, o Reino Unido, a Irlanda, entre várias, e significativamente a nossa vizinha Espanha. A Irlanda este ano terá uma redução do crescimento de 2%. A Espanha para o ano diminuirá o PIB em 2%, quando em 2007 teve 3,7% de crescimento. O desemprego espanhol aproximar-se-á dos 16,1% para o ano, quando no final de 2007 está em 8,3%, duplicando, aproximando-se de 20% em 2010.

Em todos estes países se estabeleceram planos ambiciosos de estímulo ao relançamento da procura pública e do emprego. Em todos eles a existência de traços keynesianos: recuperar escolas, investir nas energias alternativas, criar empregos apoiados pelo Estado, reduzir os encargos fiscais ou para-fiscais sobre as empresas e injectar liquidez nas economias. Nos EUA o objectivo são quatro milhões de postos de trabalho, no Chile 100 mil e no Reino Unido 100 mil.

O plano de promoção do investimento e do emprego em Portugal deve assim ser visto neste contexto económico e político. Encarado no âmbito duma crise internacional profunda que afecta uma economia média e aberta como a nossa, e que estava num processo de recuperação por via das exportações. Visto nos tempos que vivemos, de injeção de liquidez nas empresas (linhas de crédito aos bancos até 20 mil milhões de euros avalizadas pelo Estado), de estímulo ao investimento das empresas (linhas de crédito ao investimento até 1,750 milhões de euros), de alívio dos encargos com a segurança social e de IRC das pequenas e médias empresas e de apoio à manutenção dos postos de trabalho, nomeadamente nos grupos mais vulneráveis à crise, jovens e desqualificados.

Num plano global que incentivo ao emprego que custa 580 milhões de euros, Portugal pretende criar 100 mil empregos. Ambicioso. Igual em dimensão aos desenvolvidos em países como o Reino Unido. Mas inevitável, num país que apesar de tudo está a aguentar a crise com uma capacidade de resistência assinalável, só possível porque se fez um trabalho de recuperação do défice orçamental e se fizeram reformas estruturais, nomeadamente no plano tecnológico e na promoção do conhecimento, que tornaram o nosso tecido produtivo mais preparado.

Mas, mais resistente não pode nem poderia significar imune. Não estamos imunes ao mundo, nomadamente quando só poderemos recuperar fundamental e sustentadamente por via do crescimento das exportações, suportadas por maior introdução de tecnologia.

O nosso tempo é difícil, as nossas soluções têm de ser estruturais e demoram gerações, mas isto não pode significar inacção, desilusão ou desistência, antes motivo para continuarmos empenhados neste caminho, que é mais uma maratona do que uma corrida de curta distância.

OPINIÃO



MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS

laranjeiro@ps.parlamento.pt
www.miguellaranjeiro.com

O que precisamos é de acção e de ambição. O Cávado e o Ave precisam menos de recomendações repetidas, e mais de avaliação das medidas tomadas ou a tomar. Precisam de acção, como as medidas que estão propostas, sem fechar a possibilidade de outras virem a vigorar

ACÇÃO E AMBIÇÃO NO DISTRITO DE BRAGA

AS REGIÕES do Vale do Ave e do Cávado foram, este mês, tema de debate no Parlamento. Já em Abril de 2008 o Partido Socialista tinha proposto e aprovado uma resolução que tinha duas linhas principais: por um lado, a aposta nas qualificações, na formação profissional, no apoio às empresas da região, à sua diversificação, e, por outro lado, uma atenção particular às situações de emprego com ajudas aos jovens e aos desempregados de longa duração.

O reforço das políticas activas de emprego, a candidatura ao Fundo de Ajustamento à Globalização ou o novo Centro de Formação Profissional de Guimarães são exemplos de medidas propostas na altura e que estão, neste momento, a ser desenvolvidas.

Defender o emprego e as empresas tem sido uma das nossas primeiras prioridades. O Programa AGIIRE, que acompanhamos desde a primeira hora – aliás, lançado justamente em Famalicão –, deve estar presente na ajuda às empresas viáveis, com mercado, mas que estejam a viver problemas conjunturais. Continuaremos a ser exigentes na aplicação deste instrumento no distrito.

Menos de um ano depois a oposição parlamentar voltou ao tema, não apresentando nada de novo. O CDS/PP entregou, na essência, as mesmas propostas de há um ano atrás, ou então sugeriu medidas já em vigor ou a iniciar através da Iniciativa para o Investimento e o Emprego. O PCP concentrou-se no passado, sem soluções para o desafio colocado pela actual situação internacional. O PSD praticamente esteve fora do debate, com tímidas propostas, aliás muitas delas já em vigor. O Bloco apresentou um diploma com erros crassos de enquadramento, com propostas não concretizáveis e, pasme-se, as tímidas medidas defendidas, para entrar em vigor em... 2010.

Enfim, a oposição chegou tarde ao problema. Os deputados do Partido Socialista já tinham tomado a iniciativa e apresentado várias recomendações ao Governo na linha do que agora se discute. Sabemos que a situação na região merece uma atenção especial. Há problemas estruturais, de décadas, agravados agora pela conjuntura internacional. Um distrito industrializado como Braga vive de forma mais complexa esta realidade. Há concidadãos com reais dificuldades que devem merecer a nossa preocupação, mas o PS não pode estar disposto à simples retórica ou à multiplicação de recomendações. A nossa postura de responsabilidade exige, isso sim, que as medidas necessárias para ultrapassar as dificuldades sejam concretizadas. É isso o que nos motiva.

O que precisamos é de acção e de ambição. O Cávado e o Ave precisam menos de recomendações repetidas, e mais de avaliação das medidas tomadas ou a tomar. Precisam de acção, como as medidas que estão propostas, sem fechar a possibilidade de outras virem a vigorar. Mas temos de ser exigentes com os nossos próprios desafios. Devemos ter a ambição de construir uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e equitativa. As regiões do Ave e Cávado são zonas de trabalho, de iniciativa, de empreendedorismo. Há dificuldades reconhecidas, mas temos uma forte determinação em as ultrapassar.

Junqueiro exige à líder do PSD pedido de desculpas por mentir sobre TGV

O VICE-PRESIDENTE do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, exigiu à líder do PSD um pedido de desculpas formal aos portugueses por não falar a verdade no caso do TGV.

Em causa estão as afirmações de Manuela Ferreira Leite, em entrevista à RTP na semana passada, onde afirmou que se formar Governo riscará o investimento na rede ferroviária de alta velocidade (TGV).

“O TGV foi formalmente acordado entre os dois Estados – português e espanhol – e esse acordo tem a assinatura da dra. Manuela Ferreira Leite, não para uma, mas para cinco linhas de alta velocidade”, salientou José Junqueiro.

Por isso, frisou, o PS exige que a líder laranja fale verdade e peça desculpas, acrescentando que “existe um compromisso entre os dois Estados que tem de ser honrado”.

José Junqueiro disse que Manuela Ferreira Leite tem também de pedir desculpas por ter acusado a Agência Lusa de ter mandado propositadamente a Espanha um jornalista para “ouvir os socialistas espanhóis” sobre as declarações que proferiu sobre o TGV.

“Ninguém mandou jornalista nenhum a Espanha”, referiu o deputado socialista, lembrando que a Lusa tem um correspondente em Madrid.

“Exigimos que também aqui a líder do PSD fale verdade, porque falou de uma coisa que não aconteceu”, acrescentou.

Ferreira Leite usa linguagem de grupúsculos de extrema-direita

Entretanto, o ministro dos Assuntos



Parlamentares, Augusto Santos Silva, acusou a presidente do PSD de estar de “cabeça perdida” e de usar linguagem contra o Governo própria de “grupúsculos de extrema-direita”.

O também dirigente do PS reagiu às declarações de Ferreira Leite, no encerramento do XVIII Congresso do PSD/Açores, em Ponta Delgada, onde afirmou que José Sócrates era “o coveiro da pátria”.

“O Governo considera inaceitáveis essas expressões usadas pela drª Manuela Ferreira Leite, que está manifestamente de cabeça perdida. Esse tipo de terminologia não é própria de um grande partido democrático como o PSD”, disse.

Para Santos Silva, a linguagem usada pela líder laranja “é mais própria de um grupúsculo político de extrema-direita”.

O ministro dos Assuntos Parlamentares afirmou que, depois deste mesmo caso, o Governo espera agora “um segundo pedido de desculpas” por parte da presidente do PSD.

Neste contexto, Augusto Santos Silva referiu-se às acusações que Ferreira Leite fez à agência Lusa por ter alegadamente hipoteticamente mandado um enviado especial a Espanha para recolher a reacção dos socialistas espanhóis à ideia da líder do PSD de acabar com o projecto de alta velocidade ferroviária (TGV).

“Ainda não a ouvi retratar-se da falsa e gravíssima acusação que fez ao Governo a propósito da suposta decisão da agência de notícias nacional ir ouvir os socialistas espanhóis sobre declarações por si proferidas” em relação ao TGV, disse o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares.

Seguros ao crédito à exportação das empresas vão atingir 4 mil milhões de euros

NA CONCRETIZAÇÃO das medidas apresentadas pelo Governo no plano contra a crise, foram oficialmente lançadas as linhas de apoio aos mecanismos de seguro de crédito. O objectivo é dinamizar a actividade económica e as exportações, permitindo às empresas nacionais beneficiar de uma cobertura adicional de risco de crédito nas vendas em países da OCDE e fora desta organização.

“As linhas apresentadas são uma iniciativa do Governo, que tem estado em contacto com as várias seguradoras que actuam nesta área, resultando da definição deste pacote um apoio ao crédito comercial das empresas no valor global de 2 mil milhões de euros, refere um comunicado conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia.

O Novo Regime de Seguro de Cré-



dito tem como objectivo reforçar os plafonds de seguros de créditos actualmente existentes, face à situação financeira internacional e alargar a capacidade das empresas portuguesas para fora dos mercados tradicionais Europa e Estados Unidos da América,

que apresentam as mais altas taxas de crescimento e de absorção das exportações portuguesas.

Os protocolos assinados vão ao encontro das novas necessidades das empresas portuguesas face à contracção de plafonds que se tem vindo a registar desde o segundo trimestre de 2008.

O seguro de crédito assume assim uma importância vital para as empresas como instrumento essencial para as exportações, ao permitir cobrir o risco de não recebimento dos pagamentos de fornecimentos efectuados a clientes no estrangeiro por empresas portuguesas.

Sócrates apresenta moção “PS: A Força da Mudança”

Conduzir o país na senda do progresso

Doze anos de escolaridade obrigatória, maior justiça e equidade fiscal, aumento da rede de cuidados continuados de saúde e casamento civil entre pessoas do mesmo sexo são os pontos centrais da moção de José Sócrates ao próximo Congresso Nacional do PS. Na apresentação do documento com que se recandidata ao cargo de secretário-geral, Sócrates elogiou o trabalho desenvolvido pelo Governo socialista e pediu uma nova maioria absoluta.

J. C. CASTELO BRANCO

AO APRESENTAR a moção de orientação política global ao Congresso de Espinho “PS: A Força da Mudança”, de que é primeiro subscritor, Sócrates fez uma longa exposição do trabalho desenvolvido pelo Executivo e voltou a pedir a maioria absoluta.

Perante uma vasta plateia de mais de 300 militantes que enchia por completo o auditório do Centro Cultural de Belém, o líder socialista começou a intervenção sublinhando que a sua moção “espelha o que o PS, partido do povo da esquerda democrática, quer para o país, de forma a conduzi-lo numa senda de progresso”.

Sócrates defendeu que “nunca foram tão necessárias as respostas da esquerda democrática” para fazer face “a uma crise internacional como não há memória” em resultado “de uma ideologia que falhou, que defendeu a desregulamentação do mercado, a diminuição do papel do Estado, que fez do liberalismo um valor sagrado”.

Esta crise, acrescentou, “pôs em causa a doutrina neoliberal que estruturou as propostas da direita em Portugal e em todo o mundo”.

Por isso, disse, “temos a responsabilidade de responder aos desafios com os valores do socialismo democrático”, ou seja, explicou, “dos que acreditam numa nova regulação, que obrigue as instituições financeiras mundiais a serem mais exigentes com o interesse geral e promovam uma maior transparência, acabando com zonas de penumbra como as ‘off-shores’”.

Neste quadro, o secretário-geral do PS defendeu a reforma das instituições internacionais, como o Banco Mundial, o FMI e as Nações Unidas, de forma a caminhar-se para “uma globalização mais justa para todos os cidadãos do mundo”.

Governança responsável, reformista e solidária

Por outro lado, José Sócrates lembrou que ao longo destes três anos o “PS exerceu uma governação responsável, reformista e solidária”.

Salientou as contas públicas que o Governo pôs em ordem e a reforma da Segurança Social pública, que foi retirada da “situação de alto

risco” deixada pela direita, como exemplos de uma “governança responsável”.

Referiu-se também à presente legislatura como uma “governança reformista”, que fez importantes reformas estruturais ao nível do ensino público, da legislação laboral e da Administração Pública

Mas também uma “governança solidária”, que implementou uma nova geração de políticas sociais, tirou mais de 200 mil idosos da situação de pobreza, aumentou exponencialmente o abono de família e proporcionou “um aumento histórico do salário mínimo nacional”, na sequência de um acordo em sede de concertação social com os sindicatos e as confederações patronais. E lembrou, a propósito, que “sempre que o PS passou pelo Governo melhoraram as políticas sociais”.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS não deixou de abordar a estratégia do Governo para fazer face à crise financeira internacional, que passa pela “estabilização financeira do sistema financeiro português”, protegendo as poupanças dos portugueses e permitindo o acesso das empresas e famílias ao crédito, “apoiar as empresas e o emprego”, sublinhando que “o emprego deve ser a prioridade das políticas sociais”, e ainda “apoiar as famílias, em particular as de menores rendimentos”, salientando que “só o equilíbrio financeiro do Estado permite agora ajudar as famílias em situações de emergência”.

Neste quadro defendeu ainda uma política fiscal mais justa, que se traduzirá numa maior progressividade dos impostos, em benefício da classe média, e a redução das deduções fiscais para os cidadãos com



os mais elevados rendimentos.

Mas, sublinhou, “a resposta mais importante” na política interna para enfrentar a crise está no investimento público, de forma a “dinamizar a economia e defender o emprego”. E explicitou as três áreas prioritárias em que se vai centrar o investimento público: a requalificação do parque escolar, a eficiência energética e a rede tecnológica, áreas que considerou “absolutamente decisivas para a modernização do país e para que a nossa economia seja mais competitiva”.

Sócrates reafirmou o TGV como um projecto “essencial” para que Portugal fique integrado na Europa, ao mesmo tempo que criticou a liderança do PSD afirmando que

este investimento “não pode ficar para trás apenas por preconceitos ideológicos de um partido”.

Momento não é para aventuras

Numa indirecta à nova posição da líder do PSD sobre esta questão, afirmou que sempre desconfiou “dos fariseus que se proclamam arautos da verdade”, acrescentando que “não tem credibilidade para falar verdade quem assinou um contrato sobre a alta velocidade enquanto governante e anos mais tarde só porque está na oposição faz uma declaração a dizer que o risca”.

E, na mesma linha, considerou ainda “que não tem credibilidade

quem ataca jornalistas só porque as notícias não são convenientes”, sustentando que “o país precisa é de ouvir dos líderes partidários quais as respostas que têm para os problemas do país”.

Na parte final da apresentação da moção, o líder socialista lembrou que 2009 “é um ano exigente” para o PS, com a realização de três actos eleitorais: europeias, autárquicas e legislativas. Referindo que “é preciso deixar claro aos portugueses que o momento não é para aventuras e incertezas”, Sócrates reafirmou que “o PS esteve à altura da confiança que os portugueses nele depositaram” e por isso deve “ter uma maioria absoluta para servir melhor o país”.

E acrescentou que “nós não queremos fazer um programa eleitoral apenas do PS, mas que nasça de um debate do PS com outros sectores da sociedade portuguesa. Este será discutido nas Novas Fronteiras e com todos os independentes que estejam disponíveis para apoiar o partido”.

A terminar a sua intervenção, Sócrates disse ainda “ter orgulho no PS, na sua história, em todos os dirigentes socialistas e nos militantes, que dão tudo pelo seu partido”.

A moção de José Sócrates pode ser lida nesta edição do “Acção Socialista” e ainda no “site” www.josoesocrates.com



MOÇÃO PROPÕE CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

“Este é o momento para que o PS, no seu Congresso Nacional, afirme a sua vontade de propor à sociedade portuguesa o direito ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo”, afirmou o secretário-geral do PS, no CCB, adiantando que se trata de “eliminar uma discriminação histórica, que não honra nenhuma sociedade aberta”.

E sublinhou que os valores que

estão na génese desta mudança que se propõe aos portugueses, “são os valores de sempre que estão na matriz do PS”, adiantando que o debate sobre os casamentos entre homossexuais será feito “em nome da liberdade, da igualdade, da tolerância e da dignidade individual e da luta contra todos os tipos de discriminação”.

EXCLUÍDA A ADOÇÃO POR CASAIS GAY

Em nome dos autores da moção de José Sócrates, o dirigente do PS e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, explicou que a concepção de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que é usada naquele documento exclui o direito à adopção de crianças.

“A moção apresentada pelo se-

cretário-geral do PS contempla a remoção das barreiras jurídicas à celebração de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Não propõe mais nada. Se o Congresso aprovar a moção, a posição do PS continuará a ser contrária à adopção de crianças por parte de casais formados por pessoas do mesmo sexo”, afirmou Augusto Santos Silva.

Governo apresenta Orçamento Suplementar face ao agravar da crise

FACE ao agravamento da crise internacional com a quebra acentuada da produção mundial, o Governo português viu-se também na necessidade de rever as suas previsões económicas e financeiras para o corrente ano, aprovando, em recente Conselho de Ministros extraordinário, o Orçamento Suplementar de 2009 e a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), documentos que foram entregues, no dia 19, na Assembleia da República.

Em conferência de Imprensa, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, lembrou as medidas de apoio à economia e ao emprego que o Executivo liderado pelo camarada José Sócrates implementou no final de 2008 e agora introduzidas no Orçamento de Estado, referindo ainda o quadro de “grande incerteza” que envolve conjunturas de recessão económica, especialmente de carácter global, como a actual.

E voltou a frisar que a estratégia que o Governo tem seguido é a de agir para evitar que a situação seja pior, vincando que os números seriam mais negros se nada fosse feito.

Na ocasião, em que esteve acompanhado pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, e pelo secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, Teixeira dos Santos sublinhou que as projecções apresentadas são es-



sencialmente “previsões de risco”, pelo que os desenvolvimentos económicos que se sigam poderão justificar novas medidas.

“Nada nos garante que os desenvolvimentos externos nos obriguem a olhar para estas matérias e a rever estas matérias”, clarificou, remetendo para “momento oportuno” a reavaliação da situação, caso seja necessário.

No documento distribuído à Imprensa, o Governo prevê uma queda do Produto Interno Bruto

(PIB) igual a 0,8% este ano, com a taxa de desemprego a agravar-se para 8,5%, a inflação a baixar para 1,2%, o défice a subir para 3,9% do PIB e a dívida pública a aumentar para 69,7% da riqueza total produzida.

Teixeira dos Santos acrescentou ainda que o emprego irá recuar. Para 2009, a previsão do Executivo de variação de emprego é de menos 0,7%, adiantou.

No entanto, o Governo espera que o país possa já crescer, mode-

radamente, 0,5% em 2009 e 1,3% em 2010.

Noutro ponto, o ministro das Finanças alertou para o facto de o ambiente pré-eleitoral em Portugal estar a acentuar uma linha de “populismo” e de “demagogia” das oposições.

“Essa atitude não ajuda o país a ter a unidade e o consenso desejáveis para enfrentar uma crise internacional tão séria como a actual”, criticou Teixeira dos Santos, para quem “a vontade de ganhar

apoios eleitorais e inclusivamente de fortalecer lideranças” não se coaduna com o sentido de responsabilidade política que se espera de uma oposição séria.

Por outro lado, o ministro das Finanças considerou “uma falsa” questão a polémica em torno dos investimentos na rede ferroviária de alta velocidade (TGV), defendendo que este projecto não terá impacto no défice ou na dívida pública em 2009.

Teixeira dos Santos reagiu assim às declarações da presidente do PSD que, em recente entrevista televisiva, garantiu que se formasse Governo riscaria o TGV do mapa de investimentos.

Após salientar que este ano o comboio de alta velocidade “não pesa praticamente nada, quer em termos de défice orçamental, quer em termos de dívida pública”, o ministro desmontou a “falsa questão” que Ferreira Leite quis fazer passar, sustentando ainda que “o problema não está no TGV”.

“Os problemas que Portugal enfrentará em 2009 serão a conjuntura internacional de quebra da produção acentuada dos principais países europeus, dos Estados Unidos, Japão ou Rússia”, vincou, acrescentando, a finalizar, que “estamos num cenário de quase recessão global, mas temos de agir para evitar que os danos sobre a economia portuguesa e os portugueses sejam maiores”. **M.R.**

PEC actualizado foi entregue na Assembleia da República

NA SEQUENCIA do agravamento, no último trimestre do ano passado, da crise financeira internacional, o Governo português entregou no Parlamento o documento que actualiza o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2008-2011.

O texto, que será apresentado e discutido na Assembleia da República no dia 29 de Janeiro, em conjunto com a proposta de lei que cria o programa orçamental da Iniciativa para o Investimento e o Emprego (IIE), inscreve-se numa orientação europeia que vai no sentido de reforçar a confiança dos agentes económicos e estimular a actividade económica e o emprego.

Assim, após um período de três anos de consolidação das contas públicas e de reformas estruturais fundamentais (2005-2008), a política económica do Executivo português concentra-se agora num grande esforço orçamental anti-cíclico de apoio ao investimento, ao emprego, às famílias mais vulneráveis e de reforço da estabilidade financeira.

Como o primeiro-ministro e o ministro das Finanças têm referido em diversas ocasiões, este esforço em 2009 só é possível devido ao êxito



do processo de consolidação orçamental iniciado com a chegada dos socialistas ao Governo, em Fevereiro de 2005, e que teve o seu ponto mais alto em 2008, quando o défice português alcançou o valor mais baixo da história da nossa democracia.

Com a mesma determinação com que conduziu a consolidação orçamental nos últimos três anos e com que adopta actualmente medidas urgentes e necessárias para fazer face um cenário macroeconómico global de gravidade sem precedentes, o Governo liderado pelo

camarada José Sócrates compromete-se a retomar, logo que as condições económicas o permitam, “o objectivo de médio prazo de -0,5% do PIB para o saldo orçamental, a um ritmo de redução do défice de 0,5 pontos percentuais da riqueza total produzida ao ano”.

Quanto aos principais indicadores da nossa economia, o Governo estima no PEC actualizado que este ano o Produto Interno Bruto sofra uma contracção de -0,8%.

Todavia, são esperadas melhorias para o biénio seguinte, com 0,5% de crescimento em 2010 e com 1,3% em 2011.

As exportações de bens e serviços passarão dos previstos -4,4% deste ano, para 1,9 e 3,1% em 2010 e 2011, respectivamente.

Também as importações registarão um recuo face ao ano passado, ficando-se por -1,3% em 2009, mas aumentando nos anos seguintes para 1,3 e 1,7%.

Já no que diz respeito à evolução do mercado de trabalho, o Executivo socialista estima que, após uma redução de -0,7% este ano, o indicador passe a valores positivos já a partir de 2010, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego irá desenhando o seu percurso descendente. **MR**

José Conde Rodrigues, secretário de Estado adjunto e da Justiça

“Renovação integral de todo o sistema informático dos tribunais”

O reforço dos meios da Polícia Judiciária, a modernização das infra-estruturas prisionais e a reforma do Mapa Judiciário são três das mais importantes apostas do Ministério da Justiça que o secretário de Estado adjunto, José Conde Rodrigues, explica numa entrevista ao “Acção Socialista”, onde também sublinha o investimento sem precedentes realizado na renovação integral do sistema informático dos tribunais.

Quais as áreas que tem sob tutela no Ministério da Justiça?

O ministro da Justiça confiou-me as áreas da administração dos tribunais, do património e infra-estruturas, da gestão financeira, da medicina legal e da reinserção social.

Destas áreas, qual aquela que está a ser o maior desafio?

Todas elas constituem um desafio. Posso, no entanto, destacar a reforma do mapa judiciário, a reforma dos centros educativos, o forte investimento em infra-estruturas, como novos estabelecimentos prisionais e nos campus de justiça, a modernização dos edifícios e equipamento dos tribunais e o saneamento financeiro do Ministério, entre outros.

Sobre os Campus de Justiça, pelo que sabemos, Lisboa será o primeiro?

Sim, Lisboa começou já a funcionar. Já lá estão serviços do Ministério da Justiça e em breve transitarão para lá os tribunais de família e menores, marítimo, de comércio, administrativo e tributário, os diversos tribunais criminais, bem como os serviços do Ministério Público e conservatórias, entre outros. É uma aposta que vai consolidar um novo pólo de centralidade na cidade de Lisboa, dando igualmente melhores condições para todos os que ali trabalham ou ali se dirigem. Significa uma poupança financeira muito grande e, pela primeira vez, há um cuidado com a eficiência energética em edifícios da justiça.

Este tipo de campus vai ficar só por Lisboa?

Não, nem pensar. Também o Porto vai ter um campus deste tipo. Neste caso, o projecto foi já aprovado e está em concurso público. Será um complexo judiciário com mais valências que Lisboa, visto que irá receber também os serviços do Instituto Nacional de Medicina Legal. Também as cidades de Aveiro, Leiria, Coimbra, Évora e Faro estão inseridas neste grande plano de criação de Campus de Justiça que concentrem as instituições judiciárias dos principais centros urbanos do país.

Falou no Instituto de Medicina Legal. Parece que também aqui vão haver muitas novidades.

Sim. Uma das coisas é a entrada em vigor da nova base de dados de perfis de ADN, um poderoso instrumento para a investigação criminal e para a identificação que vai colocar Portugal a estar na linha da frente, ao lado de países como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos da América. Ainda ligado ao Instituto Nacional de Medicina Legal destaco, finalmente, e depois de ter sido prometido por sucessivos governos, a construção da nova sede do Instituto, localizada em Coimbra, que é uma obra de oito milhões de euros.

Temos ouvido falar no grande investimento que está a ser na área dos serviços prisionais, que projectos estão a ser concretizados?

O Ministério da Justiça fez uma grande reestruturação orgânica e financeira. Depois de organizada a casa é que se começou a avançar com a reforma do parque prisional. Um trabalho que promove a maior reestruturação de sempre das infra-estruturas prisionais, garantindo, em simultâneo, o reforço da segurança, a melhoria das condições de reclusão e a racionalização de recursos financeiros e humanos. É de realçar a construção de dez novos estabelecimentos prisionais e a requalificação de três, num investimento de cerca de 450 milhões de euros. Esta reorganização reduz os actuais 50 para 32 estabelecimentos prisionais, e permite um acréscimo total de 1 907 lugares na capacidade de reclusão, dos actuais 12.285 para 14.192. Em suma, uma maior economia de recursos.

Mas, pelo que se sabe, as obras não ficam por aqui?

Outro grande projecto passa pelo reforço de meios da Polícia Judiciária. Sem querer referir ao pormenor o grande investimento em meios materiais e humanos, destaco o projecto já em prática para a construção da nova sede. São 50 milhões de euros para alargar a actual sede.

E na modernização dos nossos tribunais, o que está a ser feito?



Antes de falar sobre o que está a ser feito em termos de modernidade, gostava de lembrar os tribunais que já inaugurámos neste mandato. São eles: Ribeira Grande, nos Açores, Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira e de Almada, Tribunal de Silves, Tribunal do Trabalho de Lisboa e outro em Mafra, Vila Nova de Famalicão, Varas Mistas de Guimarães, Santa Maria da Feira. Lançámos também as obras em Oliveira do Bairro, Cabeceiras de Basto, que vai abrir muito em breve, Gouveia, Chaves e Palácio Praia e Monforte, também nos Açores. Sobre a segurança, só o ano passado foi feito um investimento superior a meio milhão de euros. Também em 2008, foi introduzida e renovada a videovigilância em 18 tribunais, contratados novos serviços de vigilância, reforçado o número de alarmes contra intrusão e adquiridas as chamadas raquetes detectoras de metais. Para este ano, temos já a decorrer os procedimentos necessários para abrir um concurso público internacional no valor de 6 milhões de euros para instalação e renovação de videovigilância, pórticos, raquetes e sistemas anti-intrusão, em 160 tribunais.

Em Dezembro foi aprovado em Conselho de Ministros um pacote de reforço de investimento na segurança que passa por áreas como o aumento da videovigilância, vigilância 24 horas por dia nos principais tribunais, introdução de mais pórticos detectores de metais, ligação directa dos tribunais à central de segurança já

existente ou às forças policiais, aumento do número de alarmes, entre outras medidas. A elaboração de uma carta de risco dos tribunais e a instalação de um botão de emergência em salas de audiências são outras das medidas a concretizar, ou já em concretização, com um investimento global de 8,8 milhões de euros. É bom lembrar que a vigilância activa 24 horas por dia foi retirada dos principais tribunais nacionais no início de 2003, por decisão do Governo PSD/CDS, estando o actual Executivo, progressivamente, a reparar essa má decisão.

Sobre as novas tecnologias, o que é que o Ministério da Justiça está a fazer para equipar os tribunais?

Em 2006 começou a ser instalada experimentalmente a gravação digital em 30 salas de tribunais, tendo o Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, sido o primeiro. O objectivo era o de garantir um sistema mais fiável do que a tradicional cassete e diminuir os custos, dar mais segurança e uniformizar os vários sistemas existentes. Só para haver uma ideia, em 2007 e 2008 foram adquiridas mais de 130 mil cassetes, representando um custo total superior a 55 mil euros. Actualmente, um DVD custa 4 centimos contra os 51 centimos/média a que eram adquiridas as cassetes. A gravação digital está já em todas as salas de audiência da primeira instância. Outra iniciativa passa pela renovação integral de todo o sistema informático dos tribunais, tendo há dias sido adquiridos

2.210 computadores para instalar em mais 56 tribunais e serviços do Ministério Público até ao final do mês de Abril. Desde 2005 que foram investidos cerca de 11 milhões de euros permitindo a aquisição de cerca de 15 mil computadores e de 5 mil impressoras para os nossos tribunais.

Uma das grandes reformas da Justiça é o “Mapa Judiciário”?

Sim, essa é a grande aposta do Ministério da Justiça. Uma reforma que vai permitir melhorar a aumentar a oferta dos serviços de justiça prestados aos cidadãos e às empresas, bem como uma melhor distribuição no território nacional. É uma reorganização que vai aumentar a eficiência da organização judiciária com a implementação de um novo modelo de gestão do sistema, adequando as respostas dos tribunais à nova realidade da procura judicial. Esta reforma arranca já em Abril nas comarcas-piloto do Baixo Vouga, Lisboa Noroeste e Alentejo Litoral, abrangendo cerca de 11% da população nacional. Com esta reforma é garantida também a realização de obras nos tribunais envolvidos e, no caso de Sines, concelho até agora sem instalações judiciárias aí sedeadas, surgirá um novo tribunal.

Em termos de meios humanos, já fez a referência que vai haver um reforço; consegue pormenorizar?

Claro. Dentro em breve os tribunais nacionais vão ter novos oficiais de justiça. Um esforço muito grande que está a ser feito, mas que o Ministério reconhece como necessário. Outro reforço de meios humanos tem a ver com a Direcção-Geral de Reinserção Social, antes do final deste trimestre entram em funções 25 novos técnicos.

Uma aposta que abrange vários sectores da Justiça.

É muito importante que a opinião pública perceba que o Ministério da Justiça é responsável pelos meios humanos e logísticos, pelas condições de trabalho e não pelo desenvolvimento processual ou pelas decisões aí tomadas, poderes constitucionalmente separados. No que nos compete, estamos a fazer um enorme esforço de renovação, modernização e adequação de meios. É um investimento muito grande que está a ser feito usando o dinheiro dos contribuintes. Queríamos fazer muito mais, mas esta equipa sabe que as coisas, num quadro de consolidação orçamental, têm de ser feitas olhando para as prioridades, e é isso que estamos a fazer.

Sócrates na conferência do “Economist”

Impostos baixaram mil milhões de euros em 2008

As medidas de desagravamento fiscal tomadas pelo Governo atingiram mil milhões de euros em 2008, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando ainda que as linhas de crédito recentemente criadas já foram utilizadas por 9400 empresas no valor de 1750 milhões de euros.

OS DADOS foram avançados por José Sócrates, no dia 19, na intervenção que efectuou, de improviso, na conferência do grupo “Economist”, em que criticou também a falta de soluções alternativas da oposição para fazer face à actual crise económico-financeira.

As linhas de crédito criadas pelo Governo “têm sido criticadas” em Portugal, mas, segundo os dados apresentados pelo primeiro-ministro, “foram já utilizadas por 9400 pequenas e médias empresas. Foram colocados nas empresas 1750 milhões de euros”.

O primeiro-ministro adiantou que a linha de crédito PME Invest III, destinada às pequenas e microempresas, até 50 trabalhadores, “ao fim de uma semana de vigência, já foi utilizada por 5387 empresas, tendo sido gastos 44%” do montante total da linha de crédito.

Numa reacção a insinuações vindas do PSD, Sócrates negou peremptoriamente que haja qualquer selecção das empresas a apoiar por parte do Governo.

“É uma profunda demagogia. Quem escolhe as empresas a apoiar pelas linhas de crédito são os bancos. O Estado apenas garante a participação no risco e suporta parte dos juros para garantir crédito mais barato às empresas”, disse, defendendo, uma vez mais, que “a obrigação de um Governo responsável é defender o emprego”.

Por outro lado, lembrou que “o Governo já fez uma substancial e significativa redução da carga fiscal”, apontando como exemplos a descida do IVA em 1%, a redução do IRC, o pagamento especial por conta e o Imposto Municipal Imobiliário.

“Na próxima semana vamos descer em três pontos percentuais a taxa social única para os trabalhadores até aos 45 anos, abrangendo as empresas até 50 trabalhadores”, disse, acrescentando que o conjunto destas medidas “representam uma redução de impostos em mil milhões de euros”.

Na sua intervenção, Sócrates explicou também a previsão do Governo de atingir o défice de



3,9% em 2009, ultrapassando os limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia.

“O défice para 2009, se não fosse a previsão de crescimento, 0,8% negativos, estaria na linha dos 3%”, disse.

Sócrates deixou ainda uma

crítica aos governos de coligação PSD/CDS-PP, entre 2002 e 2005, referindo: “Não sei o que aconteceria a Portugal, se tivesse actualmente um défice de 6,83%, tal como acontecia em 2005”.

O primeiro-ministro teceu igualmente críticas “aos líderes políticos que não apresentam

soluções alternativas”, acrescentando que “os portugueses estão cansados dos políticos que estão a dizer o que não podemos fazer e a dizer que não temos direito a sonhar. O dever de um político é liderar à frente e não atrás. Ficar atrás é fácil, mas a acção está sempre na frente”.

SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO ALARGADO PARA 18 MESES

NO ÂMBITO do pacote de medidas sociais que o Governo vem tomando para minorar os efeitos da crise, o Conselho de Ministros do dia 21 aprovou uma proposta de lei que alarga para 18 meses o subsídio social de desemprego.

Assim, com o diploma agora aprovado, os desempregados que atinjam em 2009 o limite dos 12 meses do subsídio social de desemprego vão poder receber aquela prestação por mais seis meses.

O acréscimo pago nos últimos seis meses corresponderá a 60% do Indecente dos Apoios Sociais, majorado em 10% por cada filho.

Em conferência de Imprensa, no final da reunião do Conselho de Ministros, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, disse que o custo da medida atingirá os 53 milhões de euros e que o orçamento suplementar já prevê a despesa.

O Governo pretende com esta medida garantir “o reforço da garantia de acesso aos direitos de protecção social dos cidadãos atenta a actual conjuntura económica e social”.



Maria de Lurdes Rodrigues defende corte com o passado

A MINISTRA da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, apontou a qualidade, diversidade e equidade, como os maiores desafios que o sistema de educação enfrenta presentemente em Portugal.

A titular da pasta da Educação falava no Porto durante um encontro organizado pela Geração Desafios, plataforma de debate político constituída por jovens socialistas do distrito e de auscultação do presidente do PS/Porto, Renato Sampaio, e que tem por principal objectivo promover o debate político e gerar ideias sobre os desafios mais determinantes para a região.

Subordinado à temática “Os Novos Desafios da Educação”, neste encontro Maria de Lurdes Rodrigues defendeu que a política educativa do futuro terá, em sua opinião, dois traços fundamentais: a diversidade e o desenvolvimento de mecanismo de avaliação, e o acompanhamento e controlo dos resultados obtidos como consequência dos investimentos e das

intervenção que vão sendo feitas.

Por outro lado, disse ter algumas dúvidas que seja possível fazer esse caminho sem rupturas que impliquem em primeiro lugar “uma clarificação da missão”, mas também “do mandato das escolas e do trabalho dos professores”.

Para a ministra da Educação, o caminho a prosseguir “requer um corte com o passado”, no sentido da “contratualização e diversificação de instrumentos de intervenção”.

Na sua opinião, tanto o ensino como a educação no seu conjunto “enfrentam novos desafios” que não se resumem só, como defendeu, à exigência de um ensino para todos, mas igualmente “à obrigatoriedade da qualidade para todos”.

Nunca no sistema educativo português se fizeram tantos exames como actualmente, garantiu, assim como nunca antes no sistema de ensino se realizaram tantas provas de exame e externas “que nos permitem aferir não apenas a qualidade do ensino, mas a



qualidade das aprendizagens”.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, a qualidade e a equidade vão requerer instrumentos muito diferentes, do mesmo modo que vão exigir que escolas diferentes “sejam tratadas de forma diferente”, e consequentemente que políticas como o concurso nacional de professores “que trata o sistema educativo de forma cega”, acentuando ainda mais as diferenças, “vão ter de ser repensadas e alinhadas num novo quadro de políticas educativas.

Exige-se, pois, sublinhou por fim, que a principal característica dessas políticas se concentre sobretudo na diversidade, de modo a “promover a qualidade e a equidade”. R.S.A.

Total disponibilidade para colaborar com Obama

“HOJE [20 de Janeiro], é verdadeiramente um dia memorável na história do seu magnífico país. Permita-me que o saúdo calorosamente em meu nome e em nome do povo português pela sua tomada de posse como Presidente dos Estados Unidos da América”. Foram estas as palavras de saudação dirigidas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em mensagem endereçada a Barack Obama, na qual também manifesta “total” disponibilidade do Governo de Lisboa para trabalhar com a nova Administração de Washington.

No texto dirigido ao novo Presidente dos Estados Unidos da América, José Sócrates deseja-lhe “todos os sucessos” e sublinha que Obama poderá contar “com uma cooperação total” da parte do Executivo português.

“Da parte do meu Governo pode contar com uma firme vontade de trabalhar em conjunto com os Estados Unidos da América e enfrentar os desafios com que hoje estamos confrontados”, acrescenta Sócrates na mensagem, na qual expressa ainda o desejo de se encontrar em breve com o novo chefe de Estado norte-americano.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Luís Amado, afirmou, após a reunião mensal com analistas, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, que Barack Obama representa uma “renovação da liderança ame-



ricana”, que será “mais aberta ao multiculturalismo e mais capaz de ouvir e dialogar com os aliados”.

Refira-se que Barack Hussein Obama (Partido Democrata) tomou posse, aos 47 anos, como 44º Presidente dos Estados Unidos da América, sucedendo a George W. Bush (Partido Republicano), que deixou como legado um país arruinado e fortes inimigos pelo mundo inteiro.

Soares acredita numa nova era com Obama

Mário Soares considera que Barack Obama será “um grande presidente” e marcará “uma nova era na política norte-americana”.

“Estou muito otimista e acredito que Obama vai ser um grande

Presidente dos Estados Unidos da América, marcando uma nova era na política norte-americana”, afirmou o antigo chefe de Estado à margem do Fórum Lusofonia, que decorreu no dia 21, no Centro Cultural Malaposta, em Odivelas.

Apoiante de Barack Obama desde as primárias do Partido Democrata, quando o actual Presidente dos Estados Unidos venceu Hillary Clinton, agora escolhida para integrar a equipa presidencial no importante cargo de secretária de Estado, Soares lembrou que já falou e escreveu “muito” sobre o novo líder político dos EUA.

“Gostei das cerimónias da tomada de posse, do discurso de Obama e sobretudo da qualidade humana do novo Presidente”, acrescentou.

OPINIÃO



PAULO PEDROSO
Deputado do PS

O próximo grande dilema americano tem a ver com o tratamento da ameaça de nuclearização do Irão e, articuladamente, com a gestão das questões do Médio Oriente

OBAMA: TAREFAS HERCÚLEAS

ELES, o povo americano, voltaram a fazer história com a eleição de Barack Obama. Quando o jovem senador afro-americano, inexperiente em política internacional, opositor da guerra do Iraque, se lançou na corrida não era um candidato vencedor. Mas acabou por ganhar as eleições por todas as razões pelas quais parecia pré-destinado a perdê-las.

Se passarmos em retrospectiva o processo eleitoral verificamos que a vitória de Obama foi construída pela sua capacidade de levar os termos do debate e o foco da campanha para as suas posições e não pela tentativa de apagar as opções próprias para se aproximar do que se antecipariam ser as concepções a que o povo americano mais facilmente aderiria.

A atitude e as propostas do novo Presidente dos EUA enquanto candidato colocaram a fasquia das expectativas em relação ao seu primeiro mandato a um nível tão exigente que será difícil que não comecem a surgir alegações de que não as cumprirá plenamente. Houve mesmo quem alvitrasse que o discurso de campanha de Obama começaria a desmoronar-se logo no primeiro dia de Presidência.

Com efeito, a agenda do 44º Presidente seria extremamente exigente mesmo se não vivêssemos a maior crise económica desde os anos 30 do século passado.

Nela se incluem temas de política interna que já causaram problemas a vários políticos liberais, palavra que nos EUA designa as posições que na Europa chamaríamos de esquerda. No plano interno, à cabeça desses temas, encontra-se a criação de um sistema nacional de saúde. Visto daqui, pareceria um passo óbvio, mas a tentativa de o instituir foi o primeiro falhanço do Presidente Clinton, o qual, aliás, o tinha entregue à sua mulher, agora secretária de Estado.

Mas o Presidente terá também uma agenda internacional complexa. Já enquanto candidato tinha deixado claras as diferenças entre a sua visão do papel dos EUA no mundo face às ambições imperiais dos neoconservadores. Mas agora tem pela frente o enorme desafio de operacionalizar eficazmente princípios justos quando enunciados no plano teórico.

Na minha opinião, o próximo grande dilema americano tem a ver com o tratamento da ameaça de nuclearização do Irão e, articuladamente, com a gestão das questões do Médio Oriente. Parece pouco provável que os realistas dominem politicamente o Irão no futuro próximo e permanece incerto o que poderão os EUA fazer realmente se as autoridades iranianas seguirem o caminho do isolamento internacional.

O Presidente Obama também não terá vida fácil na gestão da prioridade que deu ao Afeganistão. Já se viu que há no Paquistão apoios à Al Qaeda e que há um enorme risco de desestabilização da região, com o recrudescimento do conflito entre a Índia e o Paquistão. Presumivelmente Bin Laden continua vivo, no Afeganistão, ou, quem sabe, no Paquistão. A captura de Bin Laden seria uma grande vitória de Obama, mas a incapacidade de estabilizar o Afeganistão e alguma evolução séria e negativa do Paquistão poderia ser terrível para os EUA.

Contudo, a maior dor de cabeça de Obama estará na situação económica e social dos próprios EUA. Nós, estrangeiros, não podemos esquecer-nos que ele foi eleito para presidir à América e não ao mundo.

Tudo aponta para que a crise continua a agravar-se e para que as medidas tomadas até agora serão insuficientes para a debelar. Conseguirá Obama vencer a crise, em paz, fazer as reformas sociais que se propõe e, simultaneamente, contribuir para que o mundo fique mais seguro? São tarefas hercúleas. Se tiver sucesso terá um segundo motivo para ter um lugar de destaque na história dos Presidentes americanos. Porque o primeiro está encontrado. Raramente alguém fica na história só porque foi eleito. Mas, no caso de Obama, o simples facto de o ter conseguido já é histórico.

Portugal sobe nos rankings internacionais de inovação e tecnologia

O PLANO Tecnológico, concebido e implementado pelo Governo socialista, continua a dar grande e visível impulso ao nosso país no sentido da modernização, conforme é evidenciado pelos mais recentes rankings e relatórios publicados por instituições internacionais de referência.

Assim, os números da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) confirmam, este mês, uma evolução bastante positiva de Portugal em matéria de Inovação & Desenvolvimento (I&D).

Segundo a “Main Science and Technology Indicators” de Janeiro – publicação da OCDE que faz um levantamento semestral dos principais indicadores na área da Ciência e Tecnologia –, a subida de 62%, entre 2005 e 2007, do valor da despesa total em I&D do PIB português faz com que o nosso país se posicione actualmente no 22º lugar na lista dos membros da OCDE, subindo três lugares.

Portugal está também bem colocado na taxa de investigadores na área das Tecnologias da Informa-

ção e do Conhecimento (TIC).

De acordo com o último relatório “Information Technology Outlook 2008”, o nosso país apresenta a nona mais elevada taxa de investigadores I&D na área das TIC em relação ao total de investigadores I&D.

Assim, no contexto da União Europeia, apenas a Irlanda, a Dinamarca e a Suécia se posicionam à nossa frente.

Ainda segundo este relatório, para os indivíduos com qualificações superiores, Portugal é o nono país da OCDE com a mais elevada taxa de acesso à Internet, deixando para trás a Espanha, a Itália e a Irlanda.

Já no Índice de Liberdade Económica 2009 (índice que analisa 183 países através dos dez factores específicos da liberdade económica: liberdade de negócio, de comércio, fiscal, nível de despesa pública, liberdade monetária, de investimento, financeira, direitos de propriedade, níveis de corrupção e liberdade laboral), divulgado no passado dia 14 de Janeiro, pela The Heritage Foundation e Wall

Street Journal, Portugal ocupa a 53ª posição, quatro acima das registadas em 2005.

Em matéria de educação para todos, o nosso país integra o grupo de Estados que registam os mais elevados índices de desenvolvimento.

O relatório “Education for All” da UNESCO, divulgado em Novembro passado, situa Portugal na 42ª posição entre os 129 países que integram o ranking.

Também o relatório de 2008 da série anual “Global Education Digest” destaca o facto do nosso país contar com o menor rácio de alunos por professor, apontando ainda para uma melhoria na taxa bruta portuguesa de matriculados.

Outro importante passo para a inovação, centrada nas necessidades económicas e sociais dos portugueses foi dado com a aprovação, no fim de 2008, de mais duas propostas para Centros Living Lab em território português.

De referir que o nosso país é o sétimo com maior número de Living Labs (oito no total), integrando uma rede europeia que conta actualmente com 129 centros. M.R.

“Chegar às 250 Unidades de Saúde Familiar e adianta que o SNS empregará igual número de especialistas em medicina geral e familiar, aumentando também o número de equipas de apoio domiciliário no terreno.”

Revigorar e modernizar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que este ano completa três décadas de existência, é o grande desígnio da ministra Ana Jorge.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a ministra da Saúde anuncia que, até ao final de 2009, deverão constituir-se 250 Unidades de Saúde Familiar e adianta que o SNS empregará igual número de especialistas em medicina geral e familiar, aumentando também o número de equipas de apoio domiciliário no terreno.

Ana Jorge destaca ainda o êxito das políticas prosseguidas na área da saúde materno-infantil, o alargamento do Programa de Saúde Oral, os avanços registados em 2008 na Oftalmologia, sublinhando também a reforma do serviço de urgências, o reforço de meios do INEM e a importância da implementação do plano de vacinação contra o cancro no colo do útero.

Foram recentemente anunciadas medidas de apoio aos cuidados continuados. Qual o objectivo desta medida?

O crescente envelhecimento da população, resultante de uma maior esperança média de vida, e o consequente aumento das doenças crónicas, exigem dos serviços de saúde e da sociedade em geral uma mudança de cultura, bem como uma reorganização e renovação das suas respostas. O objectivo da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é adequar os cuidados às necessidades de reabilitação ou de manutenção de funções básicas, após episódios que conduzam ou agravem situações de dependência. Decidimos antecipar para 2009 o objectivo que tínhamos para 2010 de modo a atingir já este ano uma capacidade de resposta na Rede de 8200 lugares. O apoio domiciliário é uma área à qual vamos dar especial ênfase, para que, sempre que exista essa possibilidade, o utente possa ser apoiado na sua residência, junto dos seus familiares e do ambiente que melhor promove a sua autonomia.

Haverá mais medidas nesta área?

Foram recentemente aprovados 102 projectos, correspondente a um investimento público de cerca de 66 milhões de euros, que permitirão criar mais 3138 lugares na Rede nas diversas tipologias. Para breve está prevista mais uma fase deste programa de financiamento público, o Programa Modelar, com um valor de 35 milhões de euros, que irá permitir a criação de mais 1500 camas na Rede de Cuidados Continuados Integrados.

Relativamente ao apoio na residência do utente, vão entrar em funcionamento mais 42 equipas durante o primeiro trimestre deste ano, que se juntam às 62 já no terreno.

Definimos como objectivo do Ministério da Saúde que cada Agrupamento de Centros de Saúde tenha, pelo menos, uma equipa de Apoio Domiciliário Integrado.

O Governo aprovou a aquisição de 400 mil vacinas destinadas a prevenir o cancro do colo do útero. Quais os custos estimados desta medida?

Devemos falar antes em ganhos de saúde, pois cerca de 300 a 350 mortes por ano podem ser evitáveis.

A decisão de introduzir a vacina contra o Vírus do Papiloma Humano no Programa Nacional de Vacinação tem como objectivo prevenir as infecções por este vírus e diminuir, a longo prazo, a incidência do cancro do colo do útero.

Iniciámos a vacinação em Outubro do ano passado e, até ao final de 2008, foram vacinadas com a primeira dose mais de 41 mil jovens nascidas em 1995. Em 2009, serão vacinadas as jovens nascidas em 1996 e em 1992. O Ministério da Saúde vai também reforçar a prevenção secundária, através da implementação de programas de rastreio organizados e com base populacional que permitam a detecção precoce de lesões pré-malignas.

A anunciada reforma do serviço de urgências será feita em que termos e com que objectivos?

O processo de requalificação dos serviços de urgência é um processo longo, de implementação progressiva, em função de critérios técnicos definidos para os três tipos de urgências: polivalentes, médico-cirúrgicas e serviço de urgência básico.

Esta reforma vai permitir que a população usufrua de serviços com capacidade para responder a situações de urgência, de gravidade e complexidade diferente, criando uma rede organizada, bem definida, moderna, tecnicamente equipada e geograficamente desenhada de acordo com as necessidades.

Paralelamente, o Ministério da Saúde tem vindo a reforçar, através do INEM, os meios de emergência pré-hospitalar (ambulâncias e viaturas médicas), distribuídos geograficamente pelo país, indo ao encontro das necessidades identificadas.

O objectivo é ter no terreno melhores condições para um atendimento de qualidade em situações de urgência, acessível a todos os portugueses.

Que importância real tem para a população a criação do primeiro banco público de células do cordão umbilical?

Com a criação deste banco, todos os cidadãos vão poder beneficiar, se necessário, de acesso gratuito e universal a células criopreservadas, independentemente de terem sido ou não doadores. A existência de um banco de células do cordão umbilical permite dotar Portugal com mais recursos para tratar doenças graves, particularmente na infância.

Este é um projecto antigo e em relação ao qual o Ministério da Saúde já possui algum trabalho feito, nomeadamente em termos de infra-estruturas base. A sua concretização só é possível, com todas as garantias de qualidade, após a aprovação, na Assembleia da República, da transposição de uma directiva comunitária, para o direito nacional, conferindo o enquadramento legal de suporte.

Que comentário lhe merece o recente relatório da Unicef que coloca o nosso país como o 5º melhor do mundo quanto ao índice de mortalidade infantil?

Este resultado, que muito nos honra, é consequência das políticas desenvolvidas nos últimos anos na área da saúde materno-infantil em Portugal. A concentração das salas de parto, com a disponibilização de serviços com qualidade técnica e humana para a mãe e para o recém-nascido, a vigilância na gravidez e os cuidados no pós-parto nos centros de saúde e hospitais, permitiram criar as condições necessárias para Portugal se orgulhar dos resultados obtidos.

Este é um exemplo em que uma política de saúde bem definida e cumprida, atravessando vários governos, consegue ganhos em saúde.

Qual o ponto de situação da cobertura da população por médicos de família, um dos objectivos centrais da política de saúde do actual Governo?

A reforma nos Cuidados de Saúde Primários prossegue, visando melhorar a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde e a qualidade dos serviços. Temos em funcionamento 160 Unidades de Saúde Familiar (UDF), as quais permitiram dar médico de família a mais de 207 mil portugueses que, até aqui, não tinham.



ministra da Saúde

“Saúde Familiar no final de 2009”



“O processo de requalificação dos serviços de urgência é um processo longo, de implementação progressiva, em função de critérios técnicos definidos para os três tipos de urgências: polivalentes, médico-cirúrgicas e serviço de urgência básico.

A meta traçada pelo Ministério da Saúde é chegar às 250 USF no final de 2009. E aqui deixo uma palavra aos mais de três mil profissionais que têm sido determinantes para o sucesso desta reforma.

O contributo para a melhor acessibilidade da reforma dos cuidados de saúde primários não se restringe exclusivamente ao aumento do número de utentes que passaram a ter médico de família. Tão importante é também o modelo organizativo de trabalho de equipa, em que a prática da inter-substituição passou a vigorar, não deixando nenhum utente de uma USF sem atendimento em situação de doença aguda.

Também a constituição de 74 Agrupamentos de Centros de Saúde, para implementar um modelo de organização de proximidade, simplificando a vertente mais burocrática e introduzindo a governação clínica nos Cuidados de Saúde Primários, é uma necessidade há muito identificada.

Um outro aspecto importante na reforma dos Cuidados de Saúde Primários é a formação de novos especialistas em Medicina Geral e Familiar, no sentido de podermos atribuir médico a todos os cidadãos. Nos últimos quatro anos entraram para o internato desta especialidade 864 médicos, representando um aumento de 50%. O Serviço Nacional de Saúde empregará, este ano, mais 250 novos especialistas em Medicina Geral e Familiar. Além disso, iniciarão, ainda este ano, a formação nesta especialidade 281 novos internos.

No início do seu mandato, eram frequentes as notícias que levavam a Cuba os seus municípios para intervenções em Oftalmologia. O Serviço Nacional de Saúde já consegue responder a este problema?

Este foi um dos problemas de acesso com que nos defrontámos e essencialmente na cirurgia das cataratas. Esta patologia, de forma geral relacionada com o envelhecimento, afecta sobretudo pessoas mais idosas, correspondia a uma grande maioria dos casos em lista de espera para cirurgia e para primeira consulta.

De forma a responder com mais celeridade, foi criado o Programa de Intervenção em Oftalmologia que, através da reorganização de procedimentos em instituições do SNS, vai permitir a realização de 75 mil primeiras consultas e de 35 mil cirurgias adicionais no período de um ano (Julho de 2008 a Junho de 2009).

Os dados de que dispomos, relativos ao primeiro trimestre de 2008, são excelentes, tendo sido ultrapassados os objectivos a que

nos propusemos nesse período de tempo.

Uma nova área de resposta do SNS é a da saúde oral, que, pela primeira vez, está acessível aos utentes. Há perspectivas para o seu alargamento?

Durante o ano de 2008 foi possível alargar o Programa de Saúde Oral com a atribuição de cheques-dentistas a grávidas (três cheques) e a idosos beneficiários do complemento solidário de idoso (dois cheques-dentistas) em número total de 51.320.

Foi o resultado de uma parceria com a Ordem dos Médicos Dentistas, em que todos os centros de saúde podem fazer entrega aos utentes identificados, permitindo que tenham consulta de medicina dentária.

Vale a pena ainda lembrar que os utentes do Complemento Solidário para Idosos podem também usufruir do programa de Benefícios Adicionais em Saúde, que apoia financeiramente a aquisição de medicamentos, próteses dentárias e óculos ou lentes, através do centro de saúde.

Para o ano de 2009 é nosso objectivo alargar de forma significativa a intervenção do SNS, abrangendo agora os mais novos. As crianças e jovens com 7, 10 e 13 anos que frequentam a escola pública vão ter acesso a consultas de saúde oral e as que tenham necessidade de tratamento terão direito a dois ou três cheques-dentista para tratamento. No total, serão abrangidas 190 mil crianças, num programa que foi desenhado sob coordenação da Direcção-Geral de Saúde.

Serão ainda disponibilizados mais 20 mil cheques-dentista para o tratamento de crianças com necessidades identificadas nos exames de saúde dos quatro-cinco anos, antes da entrada para o ensino obrigatório.

No ano em que o Serviço Nacional de Saúde comemora 30 anos, e de cuja criação o PS foi obreiro e principal impulsionador. Que balanço faz desta conquista da democracia portuguesa que trouxe a generalização dos cuidados de saúde a todo o país?

O aumento da capacidade de resposta do SNS e o alargamento da oferta de cuidados de saúde disponíveis para os portugueses são duas linhas orientadoras que marcarão estes 30 anos, sendo o Serviço Nacional de Saúde um dos pilares essenciais do Estado Social.

O Serviço Nacional de Saúde terá de ser revigorado e capaz de responder às novas necessidades, mas assente nos mesmos princípios: universal, geral e tendencialmente gratuito, como um dos alicerces do sistema de saúde português.

“Colocar Alcanena no centro o

Convicta de que 2009 será um ano de oportunidades para o concelho de Alcanena, a candidata do PS à presidência da Câmara Municipal, Fernanda Asseiceira, afirma em entrevista ao “Acção Socialista” que gosta de desafios motivadores e exigentes e que se baterá por conquistar a confiança dos eleitores. Manifesta total disponibilidade para concretizar um projecto autárquico de futuro e de mudança, que dinamize o concelho e afirme todas as suas potencialidades. Fernanda Asseiceira critica a falta de rigor orçamental e oportunismo eleitoralista do actual Executivo camarário, traça um esboço do seu programa eleitoral e enaltece as marcas deixadas pelo Governo socialista no seu concelho.

Porque decidiu aceitar o desafio de ser candidata à presidência da Câmara Municipal de Alcanena?

Eu gosto de desafios, sobretudo quando são motivadores e exigentes. Sinto que posso fazer um bom trabalho como presidente da Câmara Municipal de Alcanena. Conheço bem todo o concelho, a sua realidade, as suas carências e as suas potencialidades. Gosto da política de proximidade, do contacto directo com as pessoas e com as situações e das dinâmicas que proporciona. Sinto que estou à altura das responsabilidades assumidas e é com toda a seriedade e empenho que executarei essa nobre função de ser a presidente de todos e todas os(as) munícipes do concelho de Alcanena, estando muito grata por todo o apoio que me têm manifestado.

Como é do conhecimento geral, nas eleições autárquicas de 2001 o Partido Socialista perdeu a Câmara de Alcanena, passando de 51,5% em 1997, para um desastroso resultado de 19,3%. Desde então, iniciámos um percurso de construção, de reconquista e de afirmação, quer do próprio partido quer do projecto político e autárquico no concelho, procurando, com sustentabilidade, entrar num novo ciclo. Em 2005 apresentámo-nos ao eleitorado com um projecto de mudança que nos permitiu atingir um resultado eleitoral de 27,1%, passando de um para dois vereadores. A candidatura independente que ganhou as eleições em 2001 com 57,8% em 2005, obteve 37,8%. Considerando o difícil mandato que o PS enfrentou durante esses quatro anos, foi no entanto possível melhorar os resultados em 2005 e quase chegar aos três vereadores.

É, pois, com toda a coerência, com determinação e com um rumo bem definido que pretendo dar continuidade a este projecto, por isso sou candidata, porque entendo que em 2009 estão reunidas melhores condições para atingirmos o grande objectivo de contribuir para que o concelho de Alcanena se afirme com o seu

potencial humano, económico, cultural, patrimonial e territorial. A minha disponibilidade para abraçar e concretizar este projecto autárquico é total.

Como avalia a gestão autárquica da actual equipa independente?

Em primeiro lugar, assumo claramente que não acredito em candidaturas independentes. No concelho de Alcanena, teve origem em conflitos pessoais e político-partidários, como aliás nos outros concelhos em que existem. Em 2001, consegui forte adesão da população porque esta acreditou num projecto diferente, mas tem vindo a perder popularidade, como aliás já se verificou nas eleições de 2005. Na minha perspectiva falharam, e esta opinião é partilhada por muitas pessoas. Ficaram muito aquém das expectativas neles depositadas. Estou confiante que desta vez as pessoas do concelho de Alcanena conseguirão fazer a avaliação certa e ver quem realmente está verdadeiramente interessado em trabalhar pelo desenvolvimento do concelho e sobretudo concluir que é mesmo possível fazer muito melhor e concretizar mais projectos.

Do programa eleitoral da actual presidência, quais as promessas que ficaram por cumprir?

Quase tudo. Foram concluídos e inaugurados dois equipamentos que considero importantes para o concelho, mas que transitaram já do anterior mandato: o Centro Ciência Viva nos Olhos de Água e o Cine Teatro S. Pedro. Claro que, sendo o ano 2009 um ano de eleições, aguardamos para ver o que será feito com perspectivas eleitoralistas, procurando fazer esquecer três anos de quase total inércia. Os mandatos são de quatro anos e os projectos são adiados de ano para ano para concretizar algumas obras apenas no último ano. Isto acontece em todas as freguesias. Não nos parece sério.

O Partido Socialista teve a oportunidade de criticar esta



actuação durante a discussão do Orçamento e do Plano de Actividades para 2009, tendo solicitado, através de requerimento, informação clara e objectiva do que foi concretizado em cada uma das freguesias durante estes três anos. As promessas continuam a ser feitas anualmente sempre que

são apresentados e votados os documentos previsionais. Durante o ano a única coisa que acontece é o seu adiamento para o ano seguinte, até chegarmos a 2009.

O que tem feito o nosso Governo pelo concelho de Alcanena?

Tem feito muito e está disponível para fazer mais. Felizmente, podemos congratular-nos com a marca qualitativa do Governo do Partido Socialista, também no concelho de Alcanena.

O Centro Ciência Viva dos Olhos de Água foi participado no âmbito do Programa Ci-

do PS à presidência de Alcanena

do país e às portas da Europa”

ência Viva e na sua inauguração, para além da presença do senhor Presidente da República, contou também com a presença do ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

O Cine-Teatro S. Pedro foi apoiado pelo Programa Operacional da Cultura e foi inaugurado pelo ministro da Cultura.

Merece também particular destaque no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o facto de o concelho ter sido contemplado com uma candidatura aprovada no âmbito do Programa PARES, o que permitirá a construção de um novo equipamento social (lar, centro de dia e creche) na freguesia da Serra de Santo António.

O Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, através do senhor secretário do Ambiente, tem desenvolvido um trabalho relevante na elaboração de um protocolo, no qual para além de se reconhecer os problemas, identificam-se finalmente soluções e contemplam-se as condições para a sua resolução, nomeadamente as financeiras. Isto com a responsabilidade da intervenção necessária assumida pelos três principais intervenientes: ao nível central pelo Ministério e ao nível local pela Câmara e pela AUSTRÁ.

Ao nível do Ministério da Administração Interna, e na sequência do reconhecimento já assumido da precária situação actual do Quartel da GNR, acredito também na resolução deste problema, estando ainda prevista, no âmbito deste ministério, a intervenção no Quartel dos Bombeiros Municipais.

É justo, sem dúvida, reafirmar que o Partido Socialista, com acções e com obras, continua a apostar no desenvolvimento do concelho de Alcanena.

Quais os principais problemas que identifica no seu concelho?

Os problemas estão há muito diagnosticados por todos. Tem faltado ao nível da gestão autárquica uma definição clara das prioridades e a determinação para a concretização dos projectos estruturantes. São também os problemas directamente associados a esses projectos que destaco: a falta de diversificação do tecido industrial tem arrastado o município para a estagnação económica. Há mais de dez anos que estão identificadas, num documento estratégico do concelho, as potencialidades do nó junto à A1. Passados estes anos todos, assistimos à dinâmica no concelho vizinho de Torres Novas e tudo parado no

concelho de Alcanena. Este facto, aliado aos constrangimentos gerados por um Plano Director Municipal que não tem sido favorável ao desenvolvimento, tem sido fatal.

O actual PDM não representa a realidade do concelho nem a dinâmica territorial que deve ser promovida. Temos casais jovens que gostariam de ter ficado a viver nas respectivas freguesias e passaram a residir fora do concelho.

Ao nível ambiental temos um problema que é conhecido a nível nacional, tendo chegado já à Assembleia da República, através da forma de petição, discussão na qual participei em nome do Partido Socialista. Tenho acompanhado a situação de muito perto e estou muito atenta à sua evolução.

Os problemas que se sucedem com a gestão corrente do dia-a-dia e a falta de rigor orçamental têm outra dimensão, mas não são menos importantes, por isso merecem uma avaliação que não se enquadra neste espaço.

Ao longo dos anos tem-se instalado algum desencanto na população, que gostaria de ver o concelho agir e a interagir de outra forma.

Quais são as principais prioridades que tenciona colocar no seu Programa Eleitoral?

A resolução do problema ambiental que tem representado o (des)funcionamento da ETAR, causando graves problemas no leito do Rio Alviela, mas também escorrências e infiltrações no solo para além dos cheiros desagradáveis que ocorrem sobretudo durante a noite. Tem sido uma situação que se tem arrastado sem solução à vista ao longo dos anos. Sendo grave do ponto de vista ambiental, é também uma importante questão de saúde pública. Comprometo-me a dar continuidade e a cumprir, com prazos, o assumido no protocolo que está em vias de ser assinado.

É também uma prioridade o desenvolvimento económico associado ao planeamento e ordenamento territorial. Recordo o já afirmado na campanha em 2005. Queremos colocar Alcanena no centro do país, às portas da Europa. A proximidade do concelho ao nó da

A1 com a A23 e a referenciação da área no PROT LVT como a Porta Norte de Lisboa são elementos estruturantes para o desenvolvimento de uma área empresarial com enquadramento intermunicipal. Será um dos principais projectos a concretizar.

Também numa perspectiva intermunicipal, a dinamização do norte do concelho, mais propriamente a freguesia de Minde em particular e o concelho em geral, quer em termos empresariais como turísticos, potencializando a grande proximidade à freguesia de Fátima.

Continuo a considerar fundamental o planeamento e ordenamento do território também ao nível das unidades industriais já existentes. Apesar das dificuldades sentidas, os sectores do calçado e têxtil, continuam a dominar a actividade industrial no concelho e por isso terão localmente como principal aliado a própria Câmara Municipal.



Sinto que posso fazer um bom trabalho como presidente da Câmara Municipal de Alcanena. Conheço bem todo o concelho, a sua realidade, as suas carências e as suas potencialidades. Gosto da política de proximidade, do contacto directo com as pessoas e com as situações e das dinâmicas que proporciona

Na perspectiva do ordenamento e planeamento territorial, um Plano Director Municipal, que seja ele próprio, dinamizador do crescimento e do desenvolvimento local, permitindo a instalação das famílias e das empresas, promovendo a reabilitação urbana e dinamizando redes económicas, educativas/formativas, sociais, culturais e turísticas.

A dinâmica social está em crescendo, nomeadamente com a celebração de novos acordos de cooperação com a Segurança Social com novas instituições, que temos acompanhado e apoiado. Também as IPSS já existentes se afirmam cada vez mais, procurando novas valências. É esta a nossa orientação no sentido de apoiar e reforçar a rede social do concelho com mais respostas sociais e com melhores condições na prestação dos serviços às famílias: creches, apoio domiciliário, cuidados continuados.

O reordenamento da rede escolar será uma realidade. Assumirei a descentralização de competências na área da educação, criando condições para garantir no concelho instalações e equipamentos para uma escola pública de qualidade.

O desenvolvimento do turismo valorizando equipamentos e a própria localização em relação ao Parque Natural Serra D'Aire e Candeeiros.

Tenho acompanhado com particular preocupação também a questão da segurança no concelho. Continuarei a defender e a lutar por um equipamento que dignifique a GNR do concelho e que contribua para elevar os índices de segurança.

O que a leva a considerar que, desta vez, é possível inverter o sentido de voto e fazer com que Alcanena volte a ter uma presidência socialista?

Pretendo que a minha liderança no Partido Socialista no concelho marque a diferença. Diferença nas atitudes, apelando à participação cívica de todos e de todas; diferença nos valores, defendendo o respeito pelas pessoas e a sua valorização; e diferença nos projectos, promovendo dinâmicas locais e intermunicipais.

Na política assumi quatro compromissos fundamentais que continuarei a defender acerrimamente: determinação nas políticas; responsabilidade nas estratégias; transparência nos procedimentos; e ética nos comportamentos.

Acredito que a minha forma de ser, de estar e de trabalhar, já com provas dadas, sejam valorizadas e reconhecidas. Tudo farei para merecer a confiança dos eleitores. Uma vez na presidência, trabalharei mais para continuar a merecer esse voto de confiança.

Na sua qualidade de presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Alcanena, qual o trabalho que tem desenvolvido?

O Partido Socialista já iniciou o processo autárquico com toda a transparência. Tem a candidata escolhida e legitimada quer pela estrutura distrital quer pela local e tem em curso a escolha dos candidatos às dez freguesias e a

constituição das respectivas listas a todos os órgãos autárquicos.

Contando com todos os seus militantes, assumimos claramente uma estratégia de abertura a todos os cidadãos e a todas as cidadãs, que queiram integrar as nossas equipas e participar na construção e na concretização de um projecto mais ambicioso e mais participado, de um projecto que se torne motivador para criar as dinâmicas locais e as sinergias necessárias a um maior desenvolvimento organização de debates, participação nas iniciativas de organização local, sempre procuro privilegiar as acções de proximidade. Valorizo a presença e a comunicação pessoal. A dimensão do concelho, promove esta exigência.

O meu objectivo é construir o futuro do PS. Construir o futuro de Alcanena.

Nessa qualidade, em que ponto se encontra a escolha dos candidatos às juntas de freguesia?

Das dez freguesias que tem o concelho, o Partido Socialista lidera três. Como presidente da Concelhia já reiterei o meu apoio e a confiança política aos três actuais presidentes de junta do PS: Loureira, Malhou e Serra de Santo António. Continuarão a ser os nossos candidatos em 2009.

O processo de escolha dos candidatos ou das candidatas às restantes freguesias, ficará concluído ainda durante este mês.

De que forma pretende desenvolver o trabalho com as freguesias?

As juntas de freguesia são parceiros privilegiados da Câmara Municipal. É assente num trabalho de grande parceria que consigo entender o exercício do poder autárquico.

Actualmente os protocolos existentes dizem respeito a transferência de verbas para assegurarem a manutenção das bermas e das valetas.

Pretendo desenvolver um trabalho de grande articulação e valorizar a sua função com a participação nos conselhos municipais (Educação, Social, Juventude, Segurança), com a criação dos Conselhos Sociais de Freguesia, com o estabelecimento de equipas móveis de apoio, com a criação de um gabinete de apoio logístico, administrativo, promovendo a mobilidade inter-freguesias, com a melhoria das acessibilidades e dos transportes, e, sobretudo, cumprindo o que em reuniões regulares for assumido de forma colectiva.

É desta forma que pretendemos trabalhar: coesos nas equipas, empenhados nos projectos, juntos na mudança.

SOCIALISTAS QUEREM QUE MUSEU DO AR PERMANEÇA EM ALVERCA

A Concelhia PS de Vila Franca de Xira e a Secção de Alverca, na sequência de diversas notícias publicadas sobre a eventual criação de um museu do ar em Sintra, vieram reafirmar publicamente que o museu do ar existente há muitas décadas em Alverca constitui um importante equipamento não só para a cidade, como para o concelho e para a região.

Com efeito, refere o PS de Vila Franca de Xira, a criação em Sintra de um museu do ar, “uma decisão tomada há mais de 20 anos”, mas até agora nunca concretizada, não deve pôr em causa a permanência de um equipamento museológico ligado à aviação em Alverca, uma vez que esta cidade “tem já uma longa história relacionada com o sector da aeronáutica, quer civil, quer militar”, constituindo, por isso, “um importante pólo no país”.

O PS, através dos seus autarcas eleitos no município de Vila Franca de Xira e na freguesia de Alverca, tudo têm feito para que o museu do ar assumia maior destaque na região, sendo por demais evidente o interesse que este equipamento tem vindo a merecer por parte da população, atingindo os 30 milhares de visitantes só em 2008.

Por tudo isto, o Partido Socialista refere que “não aceitará qualquer decisão que ponha em causa a permanência do museu do ar em Alverca”, não só por questões de carácter histórico, como defende, mas igualmente tendo em vista o interesse público.

Para o presidente da Comissão Política Concelhia de Vila Franca de Xira, Fernando Paulo Ferreira, e para o coordenador da Secção de Alverca, Rui Moreira, o Partido Socialista continua disponível para, em colaboração com a Força Aérea, “encontrar a melhor solução para garantir que este equipamento permaneça em Alverca”. R.S.A.



MULHERES SOCIALISTAS DE BRAGANÇA LANÇAM BLOGUE

O DEPARTAMENTO Federativo de Mulheres Socialistas do distrito de Bragança lançou recentemente o seu blogue.

Trata-se, pois, da abertura aos cibernautas de um espaço de participação, debate e interactividade, já acessível no endereço electrónico <http://mulheressocialistas-braganca.blogs.sapo.pt>.

Em declarações ao “Acção Socialista”, a presidente do Departamento Federativo de Mulheres de Bragança, Júlia Rodrigues, sublinhou que com a criação e colocação online do novo blogue cumpre-se um objectivo delineado na moção sectorial “Construir o Futuro”, apresentada no XIII Congresso Federativo.

A dirigente socialista, que também é presidente da CPC do PS de Mirandela, salientou igualmente que o blogue vai permitir uma divulgação mais efectiva e abrangente das iniciativas do Departamento Federativo, ao mesmo tempo que tornará mais visíveis os perfis e os percursos das mulheres de sucesso do distrito.

Além disso, acrescentou, “queremos que este blogue seja também um motor de mobilização feminina”. M.R.



Reguengos de Monsaraz promove potencialidades turísticas na BTL

A CÂMARA Municipal de Reguengos de Monsaraz está presente na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que decorre de 21 a 25 de Janeiro na FIL, no Parque das Nações, em Lisboa.

Pelo terceiro ano consecutivo, a autarquia, presidida pelo socialista Vítor Martelo, promove o concelho de Reguengos de Monsaraz e mostra as suas potencialidades turísticas na maior feira internacional de turismo que se realiza em Portugal.

O stand de Reguengos de Monsaraz aposta na promoção do concelho nos sectores do turismo cultural e paisagístico, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo náutico e de aventura e turismo de negócios. O município socialista aproveita ainda o certame para desenvolver acções institucionais e de



marketing, apresentar propostas e realizar contactos com operadores turísticos nacionais e estrangeiros, participar nas acções promocionais que a BTL propõe aos expositores e estabelecer um contacto directo

com potenciais turistas.

De salientar ainda que o espaço da autarquia na BTL tem animação, provas de vinhos, um oleiro a trabalhar ao vivo e sorteio de prémios pelos visitantes.

PS/Évora apoia Movimento Unidos pelo Concelho de Viana do Alentejo

A FEDERAÇÃO de Évora do PS dedicou um dia ao concelho de Viana do Alentejo tendo realizado reuniões de trabalho nas suas três freguesias: Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo. No decorrer desses encontros foi deliberado manifestar público apoio à candidatura autárquica do Movimento Unidos pelo Concelho de Viana do Alentejo.

Este movimento engloba um conjunto muito amplo de personalidades com percursos políticos diversos, unidos pelo amor à sua terra e às suas gentes, e propõe-se libertar o concelho de lógicas que travem o seu desenvolvimento e colocá-lo no nível económico, social e cultural que os seus habitantes bem merecem.

Em comunicado, a Federação socialista refere que “ao ceder o seu símbolo e a sua sigla ao Movimento e ao aconselhar os seus militantes e simpatizantes a integrarem este movimento, o PS mais uma vez dá mostras de grande abertura e de pôr os interesses das populações à frente



dos seus interesses partidários”.

De salientar que na noite de 10 de Janeiro, o Secretariado da Federação e o seu presidente, Norberto Patinho, participaram, no emblemático Monte do Sobral, na apresentação pública do Movimento Unidos pelo Concelho de Viana do Alentejo.

Nesse jantar, participado por centenas de munícipes de Viana do Alentejo, foi anunciado que durante o mês de Fevereiro seria divulgado o nome do candidato do

Movimento ao cargo de presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

O PS/Évora “exorta todos os seus militantes e simpatizantes a que se empenhem activamente através do Movimento Unidos pelo Concelho de Viana do Alentejo na criação de uma alternativa que seguramente vai colocar o concelho de Viana do Alentejo e as suas freguesias na senda do progresso e do bem-estar social”.

MAIS 25 MILHÕES PARA O COMÉRCIO TRADICIONAL NA QUARTA FASE DO MODCOM

A SECRETARIA de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor lançou a quarta fase de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio – MODCOM – com a dotação mais alta de sempre: 25 milhões de euros.

Os projectos de investimento contemplados contarão, nesta fase, com um aumento dos apoios a fundo perdido, que passam agora para 50%, no caso das empresas, e para 60%, no caso das associações comerciais.

Aumentaram-se também os montantes máximos de incentivo associados a projectos empresariais autónomos e integrados no valor de 35 e de 45 mil euros para 50 mil euros e aumentou-se ainda o limite máximo de

despesa para a realização de obras de modernização das lojas de 20 para 25 mil euros.

Ao mesmo tempo, visando possibilitar o alargamento da base de empresas que se poderão candidatar a esta nova fase do MODCOM, procedeu-se a um aligeiramento das condições de acesso a cumprir pelas micro, pequenas e médias empresas de comércio, designadamente na redução de 20% para 15% no rácio de autonomia financeira.

Nesta quarta fase do MODCOM dá-se um maior enfoque aos projectos associativos de promoção do comércio tradicional nas áreas urbanas com maior incidência de grandes superfícies comerciais, atribuindo-lhes maior pontuação no processo de avaliação dos mesmos.

Câmara de Vila Verde na ruína por má gestão do PSD

NA DISCUSSÃO e votação das Grandes Opções e do Plano e Orçamento para 2009 a bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Vila Verde, por muitas e sustentadas razões, concluiu que o voto contra era o que melhor se adaptava e respondia às propostas “desfasadas e irrealistas” apresentadas naqueles documentos estratégicos.

O PS lamenta que só agora, “ao fim de 11 anos”, é que o PSD tenha chegado à conclusão que não é possível propiciar qualidade de vida sustentada aos habitantes de Vila Verde sem uma política pró-activa capaz de atrair novos empresários e novas empresas, novos investimentos ou apostando na criação de empregos.

Ninguém pode distribuir ou dar o que não existe, dizem ainda os socialistas, criticando a demagogia do PSD de Vila Verde quando agora vem defender junto da população que o desenvolvimento social no concelho “apenas será possível mercê do empreendedorismo do executivo municipal e da capacidade para atrair investimentos privados”.

O Partido Socialista lembra, a este propósito, que este sempre foi o seu discurso, mas que o Executivo da Câmara Municipal de Vila Verde e o PSD local, “sistematicamente e ano após ano”, nunca quiseram subscrever esta tese, preferindo “desperdiçar 11 anos” e vir agora, quando a crise mundial aconselha a alguma prudência nos investimentos, a de-



fender princípios que “poderiam ter sido adoptados no tempo de vacas gordas”.

E se incertezas pudessem ainda pairar no horizonte sobre a posição do PSD, acentuam, é só perguntar pela existência de instrumentos fundamentais como o Plano Director Municipal ou pelos planos de urbanização das vilas de Prado e Vila Verde, documentos que os socialistas garantem continuaram encerrados a sete chaves “nas gavetas da Câmara Municipal”.

Este cenário “só interessa a quem quer continuar a decidir o futuro de Vila Verde sem regras”, ou seja, ao sabor do quero, posso e mando.

Para o PS, a falta de credibilidade do Executivo e o irrealismo dos sucessivos planos e orçamentos é tão evidente que estes documentos servem apenas para cumprir a lei, já que é de todos conhecido,

dizem ainda, “que a maior parte das obras e das medidas constantes deste plano são as mesmas dos anos anteriores”.

Depois de várias considerações e de críticas, nomeadamente sobre as parcerias público-privadas para a prestação de serviços públicos de âmbito autárquico e da venda de património imobiliário, com o único objectivo de “levar a cabo promessas repetidas ao longo de 11 anos, mas nunca cumpridas”, designadamente ao estarem agora a toda a pressa e sem qualquer critério a pôr à venda terrenos para construção mas “numa altura de reconhecida crise imobiliária”, o PS acusa o PSD de ser o responsável pela gestão ruinosa da Câmara Municipal de Vila Verde, realidade que está a “hipotecar o futuro do município”, porque sustentado no princípio do “quem vier depois de nós que pague”. R.S.A.

PS de Oliveira de Azeméis contra taxa máxima do IMI no concelho

O PARTIDO Socialista de Oliveira de Azeméis acusa a gestão autárquica do PSD de querer tomar medidas que classifica como contrárias às que têm vindo a ser efectuadas pela “grande maioria dos municípios deste país”.

Os socialistas lembram que praticamente todas as autarquias “de norte a sul” têm vindo a aliviar a carga fiscal dos seus munícipes, iniciativa para a qual os autarcas que gerem a edilidade de Oliveira de Azeméis “têm mostrado uma enorme insensibilidade”.

O PS recorda os muitos apelos que tem feito aos responsáveis autárquicos para que aprovelem uma redução da carga fiscal, nomeadamente no que respeita ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), lamentando que tal pretensão, dizem os socialistas, não tenha merecido por parte do PSD qualquer reacção, preferindo a Câmara Municipal e os seus responsáveis “manter o nível dos impostos na sua taxa máxima” com o argumento, acrescentam, de que



há necessidade de assegurar a arrecadação de receitas de impostos para reduzir a dívida municipal.

Ora, para o PS, esta argumentação “é perversa”, uma vez que “a dívida resulta directamente da gestão ruinosa que o PSD tem vindo a desenvolver na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis”, cenário que “se tem vindo aliás a agravar”, por-

que os dirigentes autárquicos deste partido teimam “em não quer ouvir as opiniões e sugestões do PS”.

Os socialistas dizem que mais não pretendem do que ajudar os munícipes, e em particular os mais jovens que decidam fixar raízes no concelho, a enfrentarem com maior facilidade a actual conjuntura.

O PS recorda que ao assumir “responsavelmente” uma diminuição do valor máximo do IMI, está também a ajudar a encontrar formas que permitam estabelecer um leque mais alargado de apoios sobretudo para os mais jovens, mas também para todas famílias que se debatem actualmente com dificuldades económicas. R.S.A.

PS/NAZARÉ DENUNCIA ILUSÃO DE PROJECTO MEGALÓMANO DO PSD

O PS da Nazaré acusou a maioria camarária, do PSD, de iludir a população de Valado dos Frades, freguesia para onde está projectada a construção de uma Área de Localização Empresarial (ALE), cujo concurso ficou sem concorrentes.

“Estamos a favor da zona industrial, mas o projecto em causa, além de megalómano, é uma ilusão para a população”, afirmou o vereador socialista na autarquia Vítor Esgaio.

O também presidente da Comissão Política Concelhia do PS considerou que a construção da ALE anunciada como um “projecto-âncora” deste mandato, “não passa de uma iniciativa eleitoralista”.

“Andaram a cortar os pinheiros no local onde está projectada a Área de Localização Empresarial, para iludir a população”, acrescentou Vítor Esgaio, sublinhando não ter ficado surpreendido com o facto de o concurso público para a construção da ALE ter ficado deserto.

“O concurso, como estava elaborado, era provável que ninguém se interessasse”, disse o autarca, lembrando que o caderno de encargos previa que a entidade vencedora, além de “construir todas as infra-estruturas e até um campo de futebol sintético, teria que entregar à Câmara 3,9 milhões de euros”.

“Não há assim beneméritos”, afirmou o presidente da Concelhia socialista da Nazaré, que destacou a “importância” do investimento para o desenvolvimento económico do concelho.

Vítor Esgaio disse ainda temer que a construção do centro escolar local possa também estar inviabilizado.



PS/FERREIRA DO ALENTEJO CONTRA DESLOCAÇÃO PARA FORA DO CONCELHO DA GNR

O PS/FERREIRA do Alentejo manifestou-se contra a deslocação para fora da sede do concelho dos efectivos da GNR, o que tornará o posto desta localidade apenas num mero “Serviço de Atendimento”.

Em comunicado emitido após uma reunião da Comissão Política Concelhia do PS de Ferreira do Alentejo, que contou com a presença de todos os presidentes de junta de freguesia do concelho, lamenta-se que “não tenha sido dado conhecimento oficial desta decisão às várias entidades do concelho”.

Os socialistas de Ferreira do Alentejo consideram “gravosa esta decisão”, porque, sublinham, “se transfere para fora da sede de concelho as forças da GNR, fundamentais para garantir a segurança da maior e mais habitada localidade do concelho”.

Em tempo oportuno, referem os socialistas, “a autarquia do PS extravasou as suas competências e disponibilizou alternativas para a instalação provisória do posto, tendo em conta o estado de degradação do edifício que implica obras avultadas e demasiado onerosas. Soluções essas que foram rejeitadas pelo Comando respectivo”.

E ainda “em reunião de 1 Agosto de 2007, a Câmara, demonstrando boa vontade, disponibilizou, de forma gratuita, terreno para a construção do novo Posto”, refere o comunicado.

Neste contexto, a Comissão Política Concelhia do PS “mostra-se solidária com a população do concelho e câmara municipal, na contestação à decisão tomada, e no desenvolvimento de todos os esforços para a construção de novas instalações em Ferreira do Alentejo”.

E aguarda ainda que “a autarquia reúna com o ministro da Administração Interna, no seguimento do parecer do Conselho Municipal de Segurança, de forma a esclarecer toda a situação”.

OPINIÃO



ESMERALDA RODRIGUES
Deputada do PS

O Governo visa contribuir a montante, para o reforço da modernização e da competitividade do País e das qualificações dos portugueses, e a jusante, para a promoção da coesão social

PROTECÇÃO AO EMPREGO E AOS CIDADÃOS DESEMPREGADOS, EM CONTEXTO DE CRISE ECONÓMICA

A SITUAÇÃO económica e social que vivemos actualmente, em resultado, como todos sabemos da crise financeira e económica internacional, repercute-se inevitavelmente no emprego, podendo aumentar o risco de pobreza. De facto esta crise que é global, tenderá a afectar desde as empresas que têm uma razoável dimensão, às empresas de média, pequena e muito pequena dimensão (microempresas), com acrescidas consequências nefastas para aquelas cujos trabalhadores não possuem os elevados níveis de qualificações exigidos numa economia competitiva, podendo, assim, reflectir-se num aumento do desemprego.

Neste contexto, impunham-se soluções que respondessem à crise económica e às suas consequências sociais e foi assim que no passado dia 13 de Dezembro, o Governo aprovou a "Iniciativa para o Investimento e o Emprego", com medidas destinadas a dar resposta a quatro prioridades de intervenção, sendo que três delas visam responder protegendo o emprego: manter o emprego, apoiar os jovens no acesso ao emprego, apoiar o regresso ao emprego. E ainda uma quarta prioridade que visa proteger os cidadãos desempregados: alargar a protecção social prolongando o período de concessão das prestações de subsídio social de desemprego inicial ou subsequente.

E fê-lo com a intenção de provocar um efeito conjuntural contra-cíclico sobre o investimento e o emprego, integrando essas medidas no quadro da Estratégia de Lisboa. Assim, o Governo visa contribuir a montante, para o reforço da modernização e da competitividade do país e das qualificações dos portugueses, e a jusante, para a promoção da coesão social.

Os partidos da oposição responderam a esta problemática, limitando-se, em geral, a propor alterações ao regime jurídico da concessão das prestações de desemprego, tendo como únicos destinatários os trabalhadores desempregados que recebem subsídio de desemprego. Esqueceu-se a Oposição dos jovens que procuram emprego, dos trabalhadores e dos desempregados com idade mais avançada e dos desempregados que apenas recebem subsídio social de desemprego. Esqueceu-se também das empresas e que estas são as principais promotoras do emprego. Esqueceu-se igualmente que o diploma legal em causa foi antecedido de discussão e aprovação por todos os parceiros sociais. Não podiam assim, os partidos da oposição, aspirar ao voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Acresce-se ainda, a propósito da protecção social dos trabalhadores desempregados que, segundo os estudos elaborados por organismos internacionais insuspeitos, como a OCDE, Portugal tem uma das mais altas taxas de substituição da Europa, apenas ultrapassada pela Dinamarca e pela Suécia em alguns tipos específicos de agregados familiares e que, no que concerne a prazos de atribuição da prestação, Portugal está na vanguarda da Europa, beneficiando de um dos regimes mais favoráveis.

Nestes termos, não obstante não se vislumbrar, ainda, o fim da crise e sabermos que sendo ela internacional, as soluções não dependem apenas da política económica do Governo português, tenho a convicção e julgo-a partilhada, de que a sua capacidade para enfrentar desafios e a determinação que o caracteriza, são um garante de que a sua política contribuirá para superar a crise, com um mínimo de prejuízo e com o reforço da coesão social.

PS apoia recandidatura de João Teixeira a Murça

A COMISSÃO Política Concelhia de Murça deliberou, por unanimidade, apoiar a recandidatura de João Teixeira, actual presidente da Câmara Municipal, às próximas eleições autárquicas de 2009.

Em comunicado, os socialistas de Murça garantem que o camarada João Teixeira é um "autarca moderado e respeitado pelos seus colegas e pelo poder regional e nacional, face à experiência e dinamismo que inculuiu à vida autárquica local e regional", tendo transformado e modernizado, não só a vila, mas também o concelho.

E recordam que, em 2001, João Teixeira liderou um movimento que, sob a bandeira do PS, ganhou eleições em Murça, alcançando nova

"vitória absoluta" em 2005.

No documento, a Comissão Política Concelhia reconhece ainda o trabalho desenvolvido nos dois últimos mandatos pelo Executivo municipal socialista, a obra feita e visível ao nível da vila e das freguesias, reafirmando por isso o apoio à recandidatura de João Teixeira, sublinhando ainda a importância da continuidade do projecto autárquico iniciado há oito anos.

"Atempadamente a Comissão Política do PS de Murça decidiu dar este primeiro e importante passo na caminhada preparatória de um rejuvenescido e dinâmico movimento que conduzirá João Teixeira e o PS à vitória nas Autárquicas de 2009, e, conseqüentemente, a um novo



mandato, dado ser imperioso que as obras delineadas sejam executadas, como sejam o Complexo Escolar, o Pavilhão Gimnodesportivo, obras ao nível da regeneração urbana, a preservação do meio ambiente, o apoio às famílias e ao emprego, entre outras", explicam os socialistas de Murça que, no mesmo documento, destacam o facto do líder da Federação do PS de Vila Real, camarada Rui Santos, ter apoiado "efusivamente" esta candidatura.

Socialistas de Tomar apresentam pacote de medidas municipais contra a crise

VISANDO corrigir "os erros cometidos" pelo PSD durante dez anos na gestão da autarquia de Tomar e "minorar o impacto da crise" na vida das famílias e das empresas do concelho, o PS apresentou, em reunião de Câmara, um "verdadeiro pacote de medidas municipais contra a crise", em contraponto a "um texto cheio de generalidades de suspensões genéricas, sem qualquer componente social" dos autarcas laranja.

O programa de "dez acções concretas" apresentadas pelos autarcas socialistas contempla a criação da Loja Social de Tomar, com atendimento integrado para todas as emergências sociais; o investimento na construção sustentável e o fomento da construção no centro da cidade e aldeias do

concelho; a alteração ao regulamento ao regulamento de taxas e licenças do município, nomeadamente a redução das taxas do mercado municipal e das taxas para plantio florestal; e alterações na derrama a cobrar em 2010, com redução para todas as empresas de 1,5% para 1% e isenção para as empresas com facturação até 150 mil euros por ano.

O pacote socialista inclui ainda uma intervenção de emergência no mercado municipal; o alargamento de horários aos fins-de-semana nos transportes urbanos de Tomar e redução de 75% dos bilhetes para menores de 18 anos e maiores de 65 e isenção total para todas as crianças até aos dez anos; a recuperação de habitações degradadas; a criação de tarifa familiar para

a água, com valor "per capita" e não por contador e redução de 50% das taxas fixas para o comércio e serviços com facturação abaixo dos 100 mil euros por ano; a redução do IRS no concelho para 2010; e ainda a adesão de Tomar a fundos de investimento em microempresas.

A Concelhia socialista considera que este conjunto de dez propostas "é um sinal que o PS quer deixar com clareza, de que sempre esteve atento à situação que se vive no concelho. E que propõe e volta a propor, dentro das suas responsabilidades, soluções claras de benefício aos mais desfavorecidos e às empresas criadoras de riqueza, porque para nós, socialistas, em primeiro está sempre tomar e as pessoas que cá vivem". J. C. B.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima

Semestral.....6€
Anual12€

Quota suplementar

(Inclui "Acção Socialista")
Semestral...12€
Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)

MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Escolhidos candidatos socialistas às Juntas de Freguesia de Oeiras

O PARTIDO Socialista de Oeiras já escolheu todos os seus candidatos às diversas presidências das juntas de freguesia do concelho para as próximas eleições autárquicas de 2009.

A escolha dos candidatos socialistas decorreu, como acentua o presidente da Comissão Política do PS/Oeiras, Marcos Sá, “com um forte entusiasmo e uma larga participação dos militantes”, num processo caracterizado por uma “grande abertura e transparência” através de votação directa em todas as secções de residência do PS neste concelho.

Os protagonistas, recorda ainda o líder do PS/Oeiras, são pessoas de reconhecido mérito, envolvidas há muito tempo no trabalho comunitário das suas freguesias, que deram provas de visão e capacidade de resposta aos inúmeros anseios e às expectativas dos seus concidadãos.

Os meses que ainda nos separam do acto eleitoral, vão permitir que os candidatos possam a partir de agora beneficiar de um período alargado de tempo de modo a desenvolverem um contacto mais aprofundado, quer com as instituições e os agentes sociais e culturais, mas igualmente “com todos os cidadãos das diversas freguesias do concelho”, preparando assim de forma mais adequada não só as equipas, mas também os progra-



mas e os projectos.

O PS acredita que as grandes mudanças e transformações que o concelho de Oeiras ainda necessita podem começar num novo paradigma de relação e parceria entre os eleitos e os munícipes, cenário para o qual as juntas de freguesia, por serem as instituições do poder local mais próximas do cidadão, estão melhor preparadas e por isso mesmo certamente mais atentas às realidades locais, podendo assumir um papel ainda mais decisivo.

Por outro lado, o PS/Oeiras assegura que as listas para as assembleias de freguesia serão elaboradas com base em critérios de credibilidade e seriedade, com transversalidade geracional e envolvimento de personalidades que tenham vindo a destacar-se de forma positiva nas respectivas comunidades locais, va-

lorizando a participação dos jovens e das mulheres.

Marcos Sá recorda ainda que o PS “é o único partido político que já apresentou no concelho de Oeiras todos os candidatos às Juntas de Freguesia”, facto que irá permitir, como referiu, “avançar para o terreno com um conjunto de iniciativas que envolvam os militantes, assim como com todas as instituições em cada uma das freguesias”.

A par deste objectivo, o PS/Oeiras vai lançar a associação cívica Oeiras Global, que terá apresentação pública no próximo dia 29 de Janeiro, e que na opinião de Marcos Sá configura um modelo em tudo semelhante ao fórum Novas Fronteiras, “mas com objectivos e características locais”, tendo em vista a construção de uma verdadeira alternativa positiva. **RSA**

OPINIÃO



MARTA REBELO
Deputada Municipal,
presidente da Comissão
Permanente de
Administração, Finanças, e
Desenvolvimento Económico
da AML

E porque em Lisboa a voz dos lisboetas é ouvida e o convite à participação cívica realmente valorizado, 5,1 milhões de euros serão aplicados em projectos indicados pelos munícipes através do orçamento participativo

LISBOA: UMA CASA (MAIS) ARRUMADA

ANO e meio de governação socialista permitiu aprovar no passado dia 6 de Janeiro um orçamento municipal panorâmico, sobre uma casa cuja estrutura financeira está, finalmente, mais “arrumada”. O PSD, antecipando uma campanha eleitoral marcada pelo estilo do seu candidato anunciado, ameaça e vocifera, mas responsabilmente viabilizou a aprovação do orçamento. Vêm aí tempos difíceis. Mas o nosso Executivo honra as suas promessas.

Arrumar a casa. Foi esta a primeira proposta de trabalho de António Costa. Nesta quase doméstica empreitada, as contas do município reclamaram toda a atenção do Executivo. Uma casa de muitas e muitas assoalhadas, muitos e muitos trabalhadores, e muitas e muitas contas por pagar.

Uma dívida de dimensão tal que colocou Lisboa no grupo dos municípios que violaram os limites de endividamento. Que ameaçou e até concretizou a paralisação da economia local, de serviços e bloqueou decisões.

Numa casa onde não se pagam as contas, os serviços essenciais são cortados, o jardim é abandonado e os habitantes desta casa que é Lisboa não têm porque permanecer nela ou regressar.

Chegamos ao início de 2009 com o mundo em crise financeira – que, em Lisboa, há tanto conhecemos. Nunca nos escudámos no passado, não vamos nunca escudar-nos num futuro incerto. Vamos, antes, actuar.

O Orçamento Municipal para 2009 é de mais de 643 milhões de euros, cresce cerca de 48 milhões de euros. Lisboa cumpre hoje os limites legais de endividamento municipal. A despesa apresenta uma redução de 253,5 milhões de euros, (31,7% do total da despesa municipal).

Mas concentremo-nos nas inúmeras divisões desta casa, e sobretudo na sua “despensa” e no “escritório”: locais, por excelência, onde se provisiona e onde se pagam contas e tomam decisões financeiras.

A receita estrutural prevista para 2009 é de 523 milhões de euros, sustentada nos impostos directos e outros tributos. A situação financeira do município não permite libertar parcialmente a pressão tributária sobre o munícipe. Mas, o cabaz de serviços que a Câmara Municipal pretende oferecer em 2009, fará desse esforço colectivo uma mais-valia comum.

O Executivo de António Costa levou à AML regulamentos essenciais à transparência e rigor; o Simplis; várias propostas de reestruturação do Sector Empresarial Municipal, um “anexo” da casa onde se foram amontoando tarefas, trabalhadores e dívidas, quando as suas contas não eram consolidadas com as contas do município.

Mas uma casa arrumada carece de investimento, cujo aumento previsto é de 94,4 milhões de euros (46%), destinados à educação (5,2 milhões de euros), reabilitação urbana (57,9 milhões de euros) e requalificação do espaço público (21,5 milhões de euros, incluindo os espaços verdes). E porque em Lisboa a voz dos lisboetas é ouvida e o convite à participação cívica realmente valorizado, 5,1 milhões de euros serão aplicados em projectos indicados pelos munícipes através do orçamento participativo.

Antes, Lisboa era enorme sala-de-estar, onde os actores públicos do PSD, hipnotizados por um programa de entretenimento televisivo, tomaram lugares confortáveis, ignorando o vazio na despensa, deixando ao pó o livro de cheques para pagamento das contas, contratando empregados para tomar conta da desorganização doméstica fruto deste sediar municipal na sala de estar sem vista para a cidade e janelas para a realidade.

Hoje, Lisboa é uma casa arrumada, funcional, pronta a investir num futuro que factores externos tornam incerto mas que nós, socialistas, vamos tornar certo. Unidos por Lisboa!

CANDIDATOS ÀS PRESIDÊNCIAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OEIRAS PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2009

ALGÉS Joaquim Venâncio Sindicalista	CAXIAS Carlos Vidal Economista	LINDA-A-VELHA Luís Boto Empresário	PAÇO DE ARCOS Francisco Abrunhosa Reformado dos CTT	QUEIJAS Manuel Mósca (independente) Presidente do cofre de previdência
BARCARENA Franklim Sobral Bancário	CRUZ QUEBRADA – DAFUNDO Paulo Freitas do Amaral Docente na Universidade Lusófona	OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA Rui Vieiro Bancário	PORTO SALVO Jorge Delgado (independente) Consultor de empresas	
CARNAXIDE Pedro Almeida Advogado				

Bibliotecas em todas as escolas básicas

DESDE o final de 2008 que todas as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, escolas básicas integradas e sedes de agrupamento dispõem de biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). O Governo cumpre assim mais uma etapa na sua política de melhoria da qualidade do ensino público.

Segundo uma nota do Ministério da Educação, as escolas secundárias serão apetrechadas com bibliotecas de qualidade, que integrarão a RBE, à medida que forem sendo intervenionadas no âmbito do respectivo Programa de Modernização.

“Uma vez que as sedes de agru-



pamento dispõem de bibliotecas capazes de servir a escola-sede e de apoiar o desenvolvimento de bibliotecas e serviços de biblioteca

nas escolas do 1.º ciclo, serão estas o alvo da RBE privilegiado no ano de 2009”, adianta o Ministério.

Neste momento, em que já existem cerca de 900 bibliotecas em pleno funcionamento em escolas do 1.º ciclo, o Ministério da Educação refere que “é a este nível de ensino que será dada maior atenção, incentivando o desenvolvimento de redes concelhias de bibliotecas, em

articulação com as respectivas autarquias e bibliotecas públicas, para alargar de forma substancial esta rede”.

“Fundão precisa de uma profunda viragem na gestão autárquica”

A candidatura socialista que adoptou o lema “Todos por Todos” afirma-se pela “positiva” e norteia o seu programa pelas “obras” e “ideias” de que o Fundão precisa para dar “o salto em frente”, à semelhança de outros concelhos que já o fizeram, afirma Leal Salvado. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS denuncia o “clientelismo” e o “despesismo” instalados na autarquia, e por isso considera que “o Fundão precisa de uma profunda viragem na gestão autárquica”.

A sua maior prioridade, caso seja eleito, respeitará à criação de emprego no concelho.

Porque aceitou o convite do PS para ser o candidato à presidência da Câmara do Fundão?

A Concelhia do PS e eu temos a convicção de que o concelho do Fundão precisa de uma profunda viragem na gestão autárquica. A região trava uma séria luta contra os encargos da interioridade, outros concelhos conseguiram já vencê-la de forma notável mas o Fundão está a perder essa oportunidade. E está a perdê-la por falta de uma gestão assente em princípios correctos, por falta de gestão capaz, por falta de uma lógica de trabalho estruturado em métodos modernos, em disponibilidade de trabalho afinçado e rigoroso e, acima de tudo, impulsionado pelo profundo conhecimento das 31 freguesias e pelo sincero amor à causa do progresso colectivo.

O seu nome foi apontado como possível candidato em anteriores autárquicas, mas essa candidatura ainda não se tinha concretizado. É agora o momento?

Qualquer candidatura surge a partir de dois pressupostos: a oportunidade e a disponibilidade. O PS manifestou-me a expectativa de ser eu um candidato disponível para dedicação intensa a dossiês e métodos que conheço e para que me sinto motivado; e eu sinto-me em condições de responder a esse objectivo. Senti o PS e sei eu também que o concelho está num momento de encruzilhada em que a reunião de todas as forças é uma emergência. O concelho precisa, acima de tudo, de vontade férrea para trabalhar e de sincero amor à causa colectiva que supere todas as contrariedades. Com esta dedicação, a disponibilidade determinada para trabalhar e a íntima ligação ao nosso solo e à nossa população, não vemos que dificuldades não possamos vencer.

Fala de uma consciência e uma vontade comuns entre si e o PS. Sente que a convergência entre um independente e um partido com a forte tradição que o PS tem na região foi (ou está a ser) fácil?

Sem dúvida. Pela minha parte, não sou militante socialista mas a minha visão do mundo é a do socialismo democrático, a de uma democracia aberta submetida ao

primado do social. Por outro lado, os concretos interesses do concelho merecem do PS a mesma leitura e as mesmas preocupações que são também as minhas. Mais que uma convergência há uma identidade de preocupações, de princípios e de sentido da responsabilidade cívica perante a nossa terra e os nossos concidadãos.

Como encara o desafio que tem pela frente?

Não é fácil – mas o cumprimento do dever colectivo nunca se faz de facilidades. Além disso, as principais dificuldades, que decorrem do rumo desgovernado em que o Fundão está actualmente, não nos deixam margem para medir dificuldades. O momento é exigente – mas é por isso mesmo que não podemos virar a cara. Se as coisas estivessem bem na nossa terra, talvez nem fosse necessária a nossa candidatura... Pela minha parte, tenho a consciência de que foi a minha terra que me deu tudo o que tenho e sou – e por isso não há esforço nem sacrifício pessoal que sejam demasiados ou recusáveis.

Refere as dificuldades e a “emergência” do momento. Isso significa que tem uma impressão negativa do mandato do actual presidente Manuel Frexes...

A nossa candidatura, a candidatura socialista que adoptou a divisa “Todos por Todos”, afirma-se sobretudo pela afirmativa. As nossas preocupações e o nosso programa norteiam-se pelas necessidades do nosso concelho, pelas obras e ideias de que o Fundão precisa para dar o “salto” em frente que outros concelhos já deram, pela acção que sabemos ser possível no sentido de aproveitar as imensas potencialidades do concelho e da região. É claro que a constatação das carências importantes, que o concelho ainda tem actualmente, tem que ver com o rumo que a actual gestão municipal deu – ou não foi capaz de dar – à vida colectiva. Nesse sentido, sim, temos uma visão crítica, severamente crítica, do mandato do dr. Manuel Frexes. Mas, insisto, mais fortes que a nossa indignação pela má gestão do PSD são a consciência de que o Fundão pode ter um futuro melhor e a confiança

de que os nossos projectos vão construir esse futuro. Olhamos em frente.

Ainda assim, já foi observado que o programa socialista tem uma forte componente ética... Tem em mira o ataque a vícios instalados...

É verdade que a ética nos preocupa – até porque a transparência de actuação e o rigor de métodos de gestão têm sido violados, muitas vezes para além do tolerável numa democracia honesta. E a questão da ética vai mais longe do que o respeito pelos princípios: temos dito e demonstrado que a ética é produtiva, isto é, que agir com lisura não emperra a eficácia – pelo contrário, o rigor dos princípios só robustece a eficiência da gestão. Podia dar-lhe exemplos muito concretos.

Exemplos...

Três simples exemplos: o recrutamento de pessoal baseado no favorecimento e no clientelismo é, além de injusto e imoral, contra-productivo, porque uma selecção de pessoal com base no mérito permite dispor dos melhores, motiva todos pelo exemplo, atinge muito melhores resultados (e até mais emprego). Segundo exemplo é o das obras públicas: submeter as obras a concursos públicos sérios permite que se consigam melhores condições contratuais, tal como fazer negociação e fiscalização exigentes é o único meio de evitar o esbanjamento de capitais e assegurar a qualidade das obras. Um terceiro exemplo ainda, comezinho mas ilustrativo: apresentámos já um estudo concreto segundo o qual, eliminando o abuso de aquisição e utilização de automóveis de luxo afectos aos vereadores e principais protegidos políticos, se conseguirá a poupança de avultadas despesas ao Município. Para dar uma ideia, podemos assegurar que a moralização do uso de automóveis permitirá poupar mais de 100 mil euros por ano, percorrendo mais quilómetros ao serviço do Município; e o simples facto de se gerirem os recursos humanos com base no mérito e nas reais funções a desempenhar, permitirá que, mesmo mobilizando mais utilidades e emprego, se despendam menos 800 mil euros anuais, a valores actuais.



o PS à Câmara do Fundão

“a viragem na gestão autárquica”



Começar, portanto, pela gestão corrente e das “coisas simples”...

Passa por isso qualquer boa gestão, na res publica como nas empresas privadas. A Câmara é um órgão executivo, cabe-lhe gerir os recursos para fazer face às necessidades. Prometer muitas obras, coisas vistosas e quantas vezes “elefantes brancos” à custa de endividamento descontrolado, é fácil. Não custa nada colocar um Município em falência à custa de hipotecar o futuro com empréstimos desmedidos, esperando que os pague quem vier a seguir. Isso não é gestão, é fantasia, é ruína – e é, muitas vezes, fraude e desonestidade eleitoral. O que os cidadãos esperam daqueles em quem votam é que administrem a vida pública como um bom pai de família: com equilíbrio, com critério, com eficiência. É claro que quem tem essa preocupação de rigor ganha fôlego para os grandes empreendimentos que podem transformar o concelho. E no nosso concelho há muitos e importantes empreendimentos para levar a efeito. Só gerindo bem a riqueza poderemos aspirar a concretizá-los.

Com o concelho a precisar de relançamento, não poderá o eleitorado reecar que essa austeridade de gestão se traduza em contracção no investimento?

Pelo contrário. A austeridade é condição da expansão. As regras e a experiência da vida económica demonstram que só quem é criterioso nas despesas improdutivas consegue maneio para o investimento reprodutivo. Só quem é capaz de não esbanjar é que pode investir seriamente.

Em que sentido se dirigem as suas preocupações principais?

A maior preocupação é o emprego, o principal objectivo é a fixação de população. Primeiro que tudo há que criar condições para que possam viver e singrar no Fundão todos os fundanenses e ser atraídos ao concelho todos os activos humanos e sociais que as potencialidades do concelho permitem perspectivar. O Fundão pode, num futuro próximo, proporcionar aos jovens as expectativas de vida próspera e ambiciosa que não têm tido no passado recente – e permitir que regressem aqueles que tiveram de procurar vida fora daqui mas prefeririam a sua terra e são aqui não só úteis mas necessários.

Quais são as principais poten-

cialidades do concelho? Como pensa promovê-las?

O desenvolvimento do Fundão tem um enquadramento geográfico e histórico. Há uma linha de “vocações” naturais que sabemos proporcionarem um desenvolvimento com singularidade e sustentabilidade. Essa linha assenta principalmente em três vectores: o património natural, a localização geográfica (em especial a centralidade no eixo Cova da Beira – Beira Interior Sul), as aptidões históricas da nossa população e do nosso território. A conjugação destas três ideias-força aponta no sentido de áreas de desenvolvimento favoráveis: a indústria agro-alimentar, o ambiente, o turismo. A acção bem dirigida sobre o ambiente e o turismo pode ainda potenciar e ao mesmo tempo ser valorizada por uma outra competência específica do concelho: a cultura.

O turismo e a cultura são já apontados como preferenciais

“O Fundão tem de conseguir o ensino superior – esta é uma velha dívida que temos por cobrar do Estado e que não tem sucedâneo possível”

pelo actual Executivo municipal. Há diferenças substanciais nas políticas que preconiza?

O Executivo do dr. Manuel Frexes anunciou algumas opções e iniciou algumas vias que são consensuais e que já nós próprios propugnávamos – designadamente no respeitante às Aldeias do Xisto. A definição do turismo dito histórico como opção estratégica é correcta e, por isso, tem de manter-se. Daremos sequência ao que já se fez nesse sector, porque assegurar continuidade é uma questão de política responsável e também porque é nosso dever (e objectivo) corrigir e aperfeiçoar o que foi mal executado em sectores estratégicos. Para além disso, no turismo – e na cultura também – há ainda que levar por diante o que não passou de promessas, de ideias vagas, de meros chavões. Há muito ainda no começo, ou mesmo por começar.

Mas há também ideias novas... novos rumos de investimento?

Há novas vias de desenvolvimento e há outras que já tardam demasiado e por isso não podem adiar-se mais. Em primeiro lugar, o Fundão tem de conseguir o ensino

superior – esta é uma velha dívida que temos por cobrar do Estado e que não tem sucedâneo possível. Os anteriores executivos tomaram esta carência como inelutável, mas nós sabemos que não podemos desistir, é uma questão de vida ou morte, é uma causa indeclinável. O declínio do Fundão começou quando, há 20 anos, perdeu o ensino pós-secundário e nunca mais foi atalhado. Depois, há a ancestralmente adiada planificação da Serra da Gardunha e do manancial inesgotável de recursos que ela contém e que não foram ainda objecto de uma acção séria. Tal como o ensino superior e o aproveitamento da Gardunha, o forte investimento em indústria compatível com as características do concelho e a competitividade que podemos alcançar deve ter como prioridade o sector agro-alimentar. Por outro lado, o conjunto desses investimentos justifica e reclama a instalação do metro de superfície (possível em curto prazo

e com investimento moderado) ligando o Fundão e a Covilhã e consagrando finalmente a região urbana da Cova da Beira, como unidade operativa indispensável a uma política de desenvolvimento de que nem as duas cidades nem a Beira Interior podem prescindir.

Como pensa envolver os militantes e simpatizantes socialistas neste combate? Em que ponto estão a constituição da lista, a elaboração do programa e os contactos com as forças vivas do concelho?

A consciência da urgência – emergência – de passar à prática questões consensuais como aquelas de que lhe falei é o melhor e mais realista tónico para reunir todos à volta do que será uma verdadeira restauração da força deste concelho. As forças vivas estão por natureza envolvidas e têm-nos manifestado largo apoio, desde logo porque estes nossos projectos são anseios seus. Os socialistas comungam diariamente deste entusiasmo e a elaboração da lista candidata não suscitará problemas, para além das questões práticas relacionadas aos vínculos e responsabilidades profissionais das pessoas que queremos agregar. Demos prioridade à constituição de uma vasta equipa que acompanha e contribuirá para a elaboração do programa eleitoral. Candidataremos aqueles que estiverem em melhores condições para fazer o que tem faltado ao concelho: uma acção política de serviço.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

UM PROGRAMA SIMPLES

PARA responder aos desafios que o mundo de hoje nos coloca, não são precisos grandes pronunciamentos nem discursos deslumbrantes. As ideias simples, que se transformam em mobilização e acção, constituem a resposta mais eficaz aos problemas dos cidadãos.

Exemplo desta nova abordagem foi o extraordinário, mas não gongórico nem retórico, discurso de posse de Barack Obama. Um discurso que mais do que empolgar, traçou um rumo e definiu uma base de confiança para o futuro.

São também a simplicidade, o foco e a ligação imediata à acção, as características que distinguem o programa definido pelo Governo português para apoiar a recuperação da economia portuguesa e para ajudar as

“O esforço prioritário será dirigido para o apoio ao tecido empresarial e às famílias afectadas pela crise económica”

famílias e as empresas a ultrapassarem os tempos difíceis.

Um programa baseado em três pilares. Em primeiro lugar, uma aposta determinada na escola, no conhecimento e na competitividade que dele resulta. Em segundo lugar, o investimento em processos inovadores e em particular nas redes e tecnologias associadas às energias renováveis. Finalmente, um compromisso forte com a inclusão digital e com a modernidade através do investimento em redes de banda larga de nova geração.

Estas medidas são apenas uma parte das apostas das políticas públicas em 2009. O esforço prioritário será aliás dirigido para o apoio ao tecido empresarial e às famílias afectadas pela crise económica.

No entanto, o programa simples de mudança antes enunciado, focado na escola, na energia e na banda larga, é um programa crucial para promover a diferenciação estratégica do país, através de investimentos com resultados rápidos no crescimento e no emprego e impactos de médio e longo prazo na estrutura da nossa economia e da nossa sociedade. Nele reside grande parte da força da mudança e da ambição legítima por um país mais justo e solidário, mais competitivo e inovador e com maior qualidade de vida.

José Sócrates e Rodrigues Zapatero reafirmaram, na cimeira luso-espanhola em Zamora, a decisão de manter firme o compromisso de avançarem nos respectivos países com o projecto do TGV, considerado pelo primeiro-ministro português como estratégico para o futuro de Portugal.

ALÉM das reuniões entre os chefes de Governo de Portugal e Espanha, esta 24ª cimeira luso-espanhola contou ainda com a realização de 14 encontros sectoriais, algo que, como foi referido por ambas as delegações, constituiu um cenário sem precedentes, quer em número de reuniões realizadas, quer em presenças de ministros.

Relativamente ao TGV, José Sócrates foi peremptório ao afirmar que o comboio de alta velocidade representa para Portugal um “projecto estratégico” e que tudo fará para que possa “estar pronto já em 2013”.

Sócrates e Zapatero analisaram ainda o desenrolar da actual situação económica e financeira resultante da crise mundial, tendo ambos concordado que o investimento público “é fundamental na actual conjuntura” para manter a actividade económica e o emprego. Os dois chefes de Governo manifestaram igualmente a convicção de que a consolidação e a dinamização da economia passa, em grande parte, “por mais investimento público”.

O acesso recíproco das populações raianas aos equipamentos de saúde existentes nos lados português e espanhol, bem como a cooperação sanitária transfronteiriça ficaram acordados nesta cimeira.

Foram ainda assinados acordos na área da Defesa, nomeadamente no domínio do intercâmbio académico das Forças Armadas, o chamado “Erasmus Militar”, tendo ambos os líderes sublinhado a identidade de pontos de vista, quer no que respeita à política europeia,

quer em relação à Segurança ou à Defesa ou ainda no que toca à Aliança Atlântica.

Na área da Ciência foram igualmente assinados vários protocolos, incluindo a autorização de acesso aos investigadores portugueses à base espanhola da Antártida, mas também uma troca de informações mais sustentada e permanente, designadamente no que respeita às investigações no campo da prevenção e combate de doenças degenerativas, como é o caso do Alzheimer ou a abertura do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, a ser instalado em Braga.

Importante foi igualmente a decisão de criar o Centro Ibérico de Investigação de Energias Renováveis e Eficiência Energética, a instalar em Badajoz, e que passará a ser dirigido pelo português António Sá Costa, que é o actual presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis. Foi também decidido criar o Operador do Mercado Ibérico de Energia, que será dirigido por José Carvalho Neto, tendo ainda sido apoiada a interligação eléctrica entre os dois países, que em 2014 deverá ter uma capacidade instalada de cerca de três mil megawatts.

Olhos postos no futuro

Este 24º encontro ao mais alto nível entre os dois países ibéricos, o mais amplo de sempre, com a maior presença de ministros de ambos os países e onde foram assinados mais acordos, permitiu, na opinião dos dois primeiros-ministros,



não só consolidar o relacionamento entre Portugal e Espanha, “pautado por níveis de confiança mútua e de entendimento sem precedentes”, mas também acertar estratégias, designadamente no que toca à construção de um novo quadro financeiro global. A este respeito Sócrates e Zapatero defenderam o reforço da regulação e da supervisão, a transparência das instituições e a cooperação internacional, sem deixarem de mencionar o necessário controlo por parte do Estado e das entidades reguladoras sobre as “off-shores”.

Para os líderes dos dois governos ibéricos, as relações entre Portugal e Espanha são hoje mais sustentadas, diversificadas e intensas, algo que é mensurável, dizem, tanto a nível das relações bilaterais como nas posições assumidas pelos dois países nos diversos

fóruns internacionais.

Enquanto José Sócrates lembrou o aumento da cooperação que se tem vindo a verificar nos últimos anos entre os dois governos e os dois povos, José Luís Rodrigues Zapatero, por seu lado, afirmou que Portugal e Espanha reconhecem, “cada vez mais”, que responder aos grandes desafios e aos pequenos problemas da sociedade e dos cidadãos “incluindo um caminho comum a fazer”.

Na opinião das duas delegações, esta cimeira luso-espanhola realizada em Zamora permitiu consolidar ainda mais as relações bilaterais, criando um novo quadro no relacionamento ibérico, “pautado por níveis de confiança e de entendimento sem precedentes”, e que tem sido, como foi ainda sublinhado, “alargado progressivamente a mais domínios”. R.S.A.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>